

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA E EXTENSÃO RURAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Jossiane Ortiz Silva

AGRICULTORAS FAMILIARES: O CONHECIMENTO QUE BROTA NA
HORTA E A COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DOS ALIMENTOS

Santa Maria, RS
2021

Jossiane Ortiz Silva

**AGRICULTORAS FAMILIARES: O CONHECIMENTO QUE BROTA NA HORTA E
A COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DOS ALIMENTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientadora: Janaína Balk Brandão

Santa Maria, RS
2021

Silva, Jossiane Ortiz
AGRICULTORAS FAMILIARES: O CONHECIMENTO QUE BROTA NA
HORTA E A COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DOS ALIMENTOS /
Jossiane Ortiz Silva.- 2021.
74 p.; 30 cm

Orientadora: Janaína Balk Brandão
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2021

1. alimento saudável 2. circuitos curtos 3. decisões
compartilhadas 4. agricultoras familiares I. Balk
Brandão, Janaína II. Título.

Jossiane Ortiz Silva

AGRICULTORAS FAMILIARES: O CONHECIMENTO QUE BROTA NA HORTA E A COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DOS ALIMENTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Aprovado em 25 de agosto de 2021

Janaína Balk Brandão
Digitally signed by Janaína Balk Brandão
DN: CN=Janaína Balk Brandão, O=UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, OU=Universidade Federal de Santa Maria, email=janaína-balk-brandão@ufsm.br, C=BR
Reason: I am approving this document
Location: you signing location here
Date: 2021.08.11 11:50:50 -0300
Type: SPC Reader version 1.0.0.1

Dr. Janaína Balk Brandão – Videoconferência

(Presidenta/Orientadora)

GISELE MARTINS
Assinado de forma digital por GISELE MARTINS
GUILMARAES:81071329049
DN: cn=GISELE MARTINS GUILMARAES:81071329049, ou=UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, ou=CFV, c=BR
Date: 2021.08.11 11:28:07 -0300

Dr. Gisele Guimarães Martins – Videoconferência

RAQUEL BREITENBACH
00589254065
Assinado por RAQUEL BREITENBACH-BREITENBACH
DN: cn=RAQUEL BREITENBACH-BREITENBACH, ou=IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, ou=CFRS, c=BR
Reason: Eu sou o autor deste documento
Location: Brasília, Rio Grande do Sul
Date: 2021.08.11 10:58:11
File: PhantomPDF Version 10.0.1

Dr. Raquel Breitenbach - Videoconferência

(IFRS)

Santa Maria, RS
2021

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Léo Valentim, meu companheiro Diego Luis Sauer. À minha avó Tereza, por todo amor, dedicação e afeto. Ao meu avô Zelanor (*In memoriam*), que mesmo ausente fisicamente sempre esteve presente em meu coração. A eles que sempre me incentivaram a estudar, ao fazer o possível para que não abandonasse meu caminho.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que este momento fosse possível, meu agradecimento. Sua compreensão, estímulo e carinho possibilitaram a conclusão deste trabalho. Em especial quero agradecer:

- À minha orientadora Janaína Balk Brandão, pela compreensão e ensinamentos, pela motivação e por todas as ocasiões em que você me possibilitou crescer profissionalmente e pessoalmente. Muito obrigada por ter aceitado ser minha orientadora;

- Ao meu companheiro Diego Luis Sauer, por estar ao meu lado e entender minhas ausências; por me motivar, ser meu amigo; pela compreensão, carinho e paciência;

- Ao meu filho Léo Valentim, que me deu forças para superar todos os momentos difíceis. Você é meu amor infinito, meu mundo. Você salvou minha vida, te amo mais que tudo;

- Aos meus avós, por todo o amor e carinho, por sempre estimularem minhas decisões, por serem a base da minha vida;

- Às agricultoras que se dispuseram e possibilitaram que este trabalho fosse realizado e pelos laços de amizade que criamos;

- Às amigas que o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural me proporcionou;

- À Universidade pública, gratuita e de qualidade, pela oportunidade de cursar graduação e mestrado de forma gratuita;

- À Casa do Estudante, por possibilitar a nós estudantes um lar;

- O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Enfim, a todas as pessoas que fizeram parte em algum momento da minha caminhada, muito obrigada.

No presente à mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais
[...]
O passado nunca mais.

(Belchior)

RESUMO

AGRICULTORAS FAMILIARES: O CONHECIMENTO QUE BROTA NA HORTA E A COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DOS ALIMENTOS

AUTORA: Jossiane Ortiz Silva

ORIENTADORA: Janaína Balk Brandão

Esta pesquisa, de caráter qualitativo tem como objetivo identificar o que leva as mulheres a produzirem e comercializarem alimentos, verificando como as dimensões técnico-produtiva, econômica e sociocultural interferem nas suas escolhas. O estudo perpassou três fases: 1) Fase exploratória; 2) Trabalho de campo; 3) Análise e tratamento do material empírico. A coleta e categorização dos dados se deu de acordo com as dimensões da agroecologia e as questões norteadoras: técnico-produtiva (como acontece o processo de tomada de decisão quanto ao que será plantado, a forma como será plantado e quais alimentos serão comercializados), econômica (verificação se a produção e a feira possibilitaram autonomia com relação à renda), e sociocultural (dados sobre a escolaridade, identidade e tecnologia de informação e comunicação). Constatou-se que o principal aspecto que leva a comercializarem e produzirem alimentos é a preocupação com a saúde e a intenção em oferecer aos consumidores um alimento saudável. Isso embasa o fato de ter sido encontrada, respectivamente, predominância dos sistemas agroecológicos e orgânicos nos casos estudados. Quanto às formas de tomada de decisão, foi verificado um caso que tende para a forma autocrática, e oito casos em que as decisões têm caráter compartilhado. Sobre a participação econômica das mulheres na composição da renda familiar (a partir da inserção na feira), foi possível verificar que houve um incremento (embora de difícil mensuração, pois não foi possível obter registro desses dados). Todavia foi alegado que levou a uma melhora na condição de vida das agricultoras, possibilitando acesso a serviços e produtos, como internet e passeios em família. Entretanto, ficou evidente que a renda da feira é secundária em termos de composição de renda familiar, já que as aposentadorias são relevantes na maior parte dos casos. Cabe salientar, quanto à força de trabalho, a predominância da mão de obra familiar, com sobrecarga e acúmulo de tarefas no caso das mulheres. Quanto aos aspectos socioculturais e suas influências no processo de comercialização, pode-se perceber que a alimentação produzida já fazia parte da infância delas, o que mudou foi que a produção ora destinada à subsistência da família passou a ser comercializada. Assim, foi possível visualizar que o conhecimento popular está enraizado nestas mulheres e faz parte das decisões sobre o que, quando e como produzir. Quanto às formas de comunicação, que é por essência direta (devido à forma de comercialização face a face), chama à atenção a importância do uso do aplicativo WhatsApp e o fato de mais da metade das agricultoras mencionarem que utilizam os meios digitais para fazer anúncios. Todo o processo que acontece até chegar na feira compõe um ciclo, não há como separar o binômio produção/comercialização. As interconexões entre produção e comercialização direta, juntamente com as relações construídas entre as produtoras e as clientes são componentes fundamentais de um processo de aprendizagem recíproco. Aprende-se a produzir e a consumir um cardápio diversificado de alimentos, ou seja, aprende-se a plantar e a comer o colorido no prato.

Palavras-chave: alimento saudável; circuitos curtos; decisões compartilhadas; agricultoras familiares.

ABSTRACT

FAMILY FARMERS: THE KNOWLEDGE THAT SPRINGS IN THE GARDEN AND THE DIRECT MARKETING OF FOOD

AUTHOR: Jossiane Ortiz Silva
ADVISOR: Janaína Balk Brandão

This qualitative research objective to identify what drives women to produce and sell food, verifying how the technical, productive, economic and sociocultural dimensions interfere in their choices. The study went through three phases: 1) exploratory phase; 2) Field work; 3) Analysis and treatment of empirical and documentary material. The categorization of the data took place according to the dimensions of agroecology and the guiding questions: technical-productive (how the decision-making process about what will be planted, how it will be planted and which foods will be marketed), economic (verification if the production and the fair allowed autonomy in relation to income), and sociocultural (data on education, identity and information and communication technology). It was found that the main aspect that leads to the commercialization and production of food is the concern with health and the intention to offer consumers a healthy food. This supports the fact that the predominance of agroecological and organic systems was found, respectively, in the cases studied. As for the forms of decision making, one case that tends to the autocratic form was verified, and eight cases in which decisions have a shared character. Regarding the economic participation of women in the composition of family income (since they entered the fair), it was possible to verify that there was an increase (although difficult to measure, as it was not possible to obtain records of these data). However, it was alleged that it led to an improvement in the living conditions of farmers, enabling access to services and products, such as the internet and family outings. However, it was evident that fair income is secondary in terms of family income composition as pensions are relevant in most cases. It should be noted, as the workforce, the predominance of family labor, with overload and accumulation of tasks in the case of women. As for the sociocultural aspects and their influence on the commercialization process, it can be seen that the food produced was already part of their childhood, what has changed is that the production now intended for the subsistence of the family is now commercialized. Thus, it was possible to see that popular knowledge is rooted in these women, and is part of the decisions about what, when and how to produce. Regarding the level of education, it can be observed that it is very diverse, which made it difficult to draw a profile of female farmers. As for the forms of communication, which is essentially direct (due to the form of face-to-face marketing), the importance of using the WhatsApp application and the fact that more than half of the farmers mention that they use digital means to do adverts. The entire process that takes place until arriving at the fair, the decision-making, production, what to take, everything makes up a cycle, thus, in these cases, there is no way to separate the production/marketing binomial. The interconnections between production and direct marketing, together with the relationships built between producers and customers, are fundamental components of a reciprocal learning process. You learn to produce and consume a diverse menu of foods, that is, you learn to plant and eat the color on your plate.

Keywords: healthy food; short circuits; shared decisions; family farmers.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVO GERAL.....	16
1.1.1 Objetivos específicos	16
1.2 JUSTIFICATIVA	16
2 METODOLOGIA	19
2.1 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS	21
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
3.1 A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E SUAS TRILHAS DISTINTAS	22
3.1.1 Produção orgânica	22
3.1.2 Produção agroecológica	25
3.1.3 Produção convencional e o processo de transição para a produção ecológica	27
3.2 DIMENSÃO TÉCNICO-PRODUTIVA E A TOMADA DE DECISÃO.....	29
3.2.1 O conhecimento popular das agricultoras familiares	29
3.2.2 Tomada de decisão	30
3.2.3 Extensão Rural, assistência técnica e a agricultura familiar	31
3.3 DIMENSÃO ECONÔMICA	33
3.3.1 Canais comercialização direta	34
3.3.2 A importância da diversidade de alimentos na comercialização	35
3.3.3 Renda externa	37
3.3.5 Recursos produtivos	39
3.4 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL.....	40
3.4.1 O descomedimento do trabalho na agricultura familiar	40
3.4.2 Soberania alimentar: o colorido do prato, da infância à atualidade	42
3.4.3 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na Agricultura Familiar	43
3.4.4 Escolaridade	44
4 DIMENSÕES AGROECOLÓGICAS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS E A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE	46
4.1 DIMENSÃO TÉCNICO-PRODUTIVA E O PROCESSO DE DECISÃO	46
4.1.1 Conhecimentos populares das agricultoras e sua influência no processo de tomada de decisão	46
4.1.2 Caminho percorrido para a produção sustentável	49

4.1.3 Extensão rural – Assistência Técnica	51
4.2 DIMENSÃO ECONÔMICA	53
4.2.1 Recursos externos e diversidade de alimentos	53
4.2.2 Força de trabalho da família	56
4.2.2.1 Sem forças, trabalho e o escasso descanso	57
4.2.3 Renda da família e a comercialização direta.....	58
4.3 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL.....	60
4.3.1 TICs	60
5 CONCLUSÕES.....	63
6 REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, tem-se concebido que trabalho são as atividades realizadas fora de casa e remuneradas, designação esta que não contempla muitas das atividades realizadas por mulheres (BATTHYÁNY, 2013). Pois à mulher, na sociedade tradicional, sempre foram reservadas as atividades relacionadas à produção e reprodução, valores estes que remontam e afirmam a ordem patriarcal (PANZUTTI, 2006), mesmo que as atividades realizadas fossem fundamentais para a economia familiar e para o funcionamento da sociedade (BATTHYÁNY, 2013). A divisão sexual do trabalho ultrapassa a constatação e a descrição de desigualdades, desta forma é necessária a reflexão sobre os processos os quais ela separa e que hierarquizam as atividades de homens e mulheres (YANNOULAS, 2013). Em pleno século XXI, as mulheres ainda precisam conviver com os papéis sociais construídos a partir da divisão sexual e social do trabalho, muitas vezes com carga tripla de trabalho, enquanto os homens ocupam espaços de projeção e reconhecimento (NASCIMENTO et al., 2017; PAULILO, 2016). Esses estereótipos reforçados pelo capitalismo e alentados quando designam à mulher o trabalho doméstico como principal função, mesmo que ela passe mais tempo laborando fora do que em casa (PAULILO, 2016), fazem-se presentes desde a “formação da sociedade brasileira [...] marcada por desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero que permanecem muito presentes” (PETRONE, 2019, p. 16).

O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo propiciou grandes avanços técnicos, tecnológicos e científicos. Entretanto, não ocorreram sem profundas contradições. Nesse sentido, Federici (2017, p. 37-38) explica que:

[...] é impossível associar o capitalismo com qualquer forma de libertação ou atribuir a longevidade do sistema à sua capacidade de satisfazer necessidades humanas. Se o capitalismo foi capaz de reproduzir-se, isso se deve somente à rede de desigualdades que foi construída no corpo do proletariado mundial e à sua capacidade de globalizar a exploração. Esse processo segue desenvolvendo-se diante de nossos olhos, tal como se deu ao longo dos últimos quinhentos anos. A diferença é que, hoje, a resistência ao capitalismo também atingiu uma dimensão global.

Ademais, a ampliação do capitalismo no meio rural trouxe a modernização e a definição de vários fatores que operam, de forma desigual, na ressocialização das mulheres que ali habitam, como a redefinição de suas identidades (BASTOS, 2006). Além disso, o modo de opressão intensificado pelo capitalismo apenas se reinventou e readequou-se às diferentes realidades da atualidade (TEIXEIRA, 2017). Um exemplo é a produção de alimentos geneticamente modificados, a partir da produção de sementes até o produto final,

por grandes corporações (TEIXEIRA, 2017), e as sementes que morrem após a primeira semeadura (TEIXEIRA, 2017), criando assim uma dependência de quem produz para com suas corporações. O capitalismo, desta forma, acaba por dar importância somente ao trabalho produtivo e, assim, desvaloriza o trabalho da mulher rural, pois há dificuldades em separar o trabalho produtivo do doméstico no meio rural (BORGES, 2017).

Contrapondo esta lógica capitalista e que cerceia a soberania alimentar, algumas mulheres rurais continuam hodiernamente como sujeitas “importantes na luta pela transformação social, proteção e preservação da cultura dos povos tradicionais, contribuindo por uma maior sustentabilidade da vida” (SILVA, 2016, p. 116). Há necessidade de mudar as “tradições culturais” diante da realidade do século XXI, onde o alijamento das mulheres ocorre, ainda, devido à rigidez do sistema capitalista (PAULILO, 2016).

Apesar das mulheres fazerem parte de todas as etapas da produção, do plantio à comercialização, seu trabalho é visto como leve e, conseqüentemente, “recebem a menor remuneração mesmo que demande o mesmo tempo ou que o esforço físico de um tenha como contraponto a habilidade, paciência e a rapidez requerida pela outra” (PAULILO, 2016, p. 108). De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres ganham cerca de 20% menos do que os homens por hora trabalhada em todo o mundo; na América Latina e Caribe esse número é de 17% (OIT, 2020). Além disso, foi realizado um levantamento em 89 países, que demonstra a existência de 4,4 milhões de mulheres que vivem com menos de 1,90 dólares por dia, reflexo do trabalho de cuidado não pago, “frequentemente realizado por mulheres e meninas durante seus anos reprodutivos” (ONU MULHERES, 2018). Como afirmado por Bastos (2006, p. 9), ao abordar a mulher como sujeita invisível, responsável pela união e reprodução do conjunto familiar, bem como pelos cuidados com a horta, a criação e o trabalho na roça, estes vistos como trabalho doméstico (BASTOS, 2006), são uma extensão da casa e cabe à mulher realizar a transformação dos produtos a serem vendidos.

Estes quintais e as roças, como exemplifica a autora, estimulam o desenvolvimento de práticas agroecológicas, bem como “espaços sustentáveis, ressignificando-os como espaço de vida, de geração de SSAN (Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) e de autonomia” (FREITAS, SILVA, JALIL, OLIVEIRA, 2017, p. 2). A partir destes, as mulheres podem obter “a sustentabilidade com práticas agrícolas alternativas, e o conhecimento em profundidade dos processos ecológicos que ocorrem nas áreas produtivas”, que permitem “caminhar na direção da mudança socioeconômica” (GLIESSMAN, 2001, p. 52).

A partir desta autonomia, as mulheres tornaram-se responsáveis pela comercialização dos alimentos desde a Idade Média, pois a comercialização fazia parte dos trabalhos mal pagos (FEDERICI, 2017), assim não eram de interesse dos homens. “Práticas como diversificação, o autoconsumo e a comercialização direta ainda se mantêm”, no século XXI, principalmente entre as(os) agricultoras(es) familiares (POZZEBON, RAMBO, GAZOLLA, 2018, p. 408). E “representam importantes estratégias na geração de renda”, de “segurança alimentar e nutricional” não só para as agricultoras, mas para suas(seus) consumidoras(es) que se “abastecem diretamente nas feiras” (POZZEBON, RAMBO, GAZOLLA, 2018, p. 408).

Deste modo, as feiras fazem parte das cadeias agroalimentares curtas de abastecimentos (inseridas em mercados de proximidade) e são um meio de construir novas formas de interação entre quem produz e quem consome, “mediante o resgate da procedência e da identidade dos produtos”, não levando em consideração apenas o preço dos alimentos fornecidos, mas também os “valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais” (SCHNEIDER, GAZOLLA, 2017, p. 12). Devido à procura de algumas(ns) consumidoras(es) do século XXI por “alimentos mais naturais, frescos e orgânicos, fortaleceu-se os mercados locais” e os espaços de comercialização direta, como as feiras (SCHNEIDER, GAZOLLA, 2017, p. 13). Assim, alguns consumidores passaram a “valorizar a forma como os alimentos são produzidos, os valores culturais relacionados e o modo de preparo tradicional sem aditivos” (SCHNEIDER, GAZOLLA, 2017, p. 13). Do mesmo modo, as feiras também se caracterizam como espaço de sociabilidade entre agricultoras(es) e consumidoras(es), como relatam Zanini e Santos (2017, p. 8), ao retratarem as feiras de Santa Maria como locais de “trânsitos entre o mundo rural e o mundo urbano, com construções simbólicas que se encontram fisicamente no espaço das feiras, nas relações entre feirantes e clientes”.

Dentre as feiras que ocorrem em Santa Maria, o Feirão Colonial do Projeto Esperança/Coesperança agrega desde agricultoras(es) com sistema de produção convencional, agricultoras(es) em transição de sistemas convencionais para outros sistemas sustentáveis, com produção agroecológica e/ou orgânica, além de outros grupos ligados ou não à produção de alimentos. Assim, possibilita a comercialização de alimentos a diversas classes da população, pois a “autonomia na comercialização e na venda direta aos consumidores” contribui significativamente com as “mudanças internas nos sistemas produtivos” e, deste modo, permite que as(os) agricultoras(es) avaliem seu sistema de produção e repensem na conversão para um sistema de produção de alimentos saudáveis (WUERGES, SIMON, 2007, p. 568).

O Feirão Colonial, que neste ano completou 29 anos de existência, faz parte do Projeto Esperança/Cooesperança, projeto que existe há 34 anos, vinculado ao Banco da Esperança da Arquidiocese de Santa Maria (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2017). O Feirão colonial possui uma autogestão, realizada pela equipe do projeto e grupos associados de diferentes segmentos (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2017). É reconhecido mundialmente, quando se aborda economia solidária, e tem como premissa o comércio justo, o consumo ético e solidário (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2017). Um projeto regional e espaço de grande importância para debates e trocas de ideias e experiências, tanto do meio rural, quanto do urbano, apoia-se em Redes de Comercialização Solidária, articulado na Rede COMSOL - Rede Nacional de Comercialização Solidária (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2017).

A partir da necessidade de contribuir na discussão sobre as agricultoras rurais e a produção de alimentos, pretende-se observar o quanto as dimensões da agroecologia, de forma interligada, estão presentes nas ações das mulheres e de que forma os conhecimentos obtidos por elas possibilitaram ou não para que fossem decisoras de suas ações, tanto na produção de alimentos, quanto na comercialização.

Assim, este trabalho foi construído a partir dos questionamentos inseridos nas dimensões técnico-produtiva, econômica e sociocultural. Na fundamentação teórica e, conseqüentemente nos resultados, propõe-se a seguinte sequência: A) aborda-se os conceitos sobre produção orgânica, produção agroecológica, produção convencional e transição da produção convencional para uma produção ecológica; B) tem-se a dimensão técnico-produtiva e os temas envolvidos para a construção desta prática como o saber popular, tomada de decisão, assistência técnica e agricultura familiar; C) aborda-se a dimensão econômica e os temas relacionados, relativos à inserção no canal de comercialização direta, renda externa, diversidade produtiva; D) apresenta-se a dimensão sociocultural e os temas relacionados sobre o descomedimento do trabalho na Agricultura Familiar (AF), soberania alimentar, TICs na AF e escolaridade.

Assim, na discussão dos resultados, debate-se sobre o processo de tomada de decisão e o conhecimento obtido pelas mulheres sobre a produção voltada para a sustentabilidade e adentramos a dimensão técnico-produtiva. O segundo item debate sobre a comercialização direta, como ela influencia ou não na promoção de equidade de renda e autonomia e assim adentramos a dimensão econômica. O terceiro traz questões relacionais, e após adentramos a dimensão sociocultural para abordar o descomedimento do trabalho na AF focado no trabalho

das agricultoras, como ocorre a comunicação das agricultoras com suas clientes e qual a escolaridade das agricultoras.

Como objetivos desta pesquisa tem-se: 1) compreender como se deu o processo de tomada de decisão com relação à produção e à comercialização e, deste modo, a inserção na feira; 2) verificar a participação econômica das mulheres na composição da renda familiar a partir da inserção na feira; e 3) analisar os aspectos socioculturais e suas influências no processo de comercialização. Portanto, o objetivo central desta pesquisa foi identificar o que levou estas mulheres a produzirem e conseqüentemente e/ou intencionalmente comercializarem alimentos. As agricultoras familiares foram previamente selecionadas, tendo como critérios a comercialização no Feirão Colonial do Projeto Esperança/Coesperança e produzir alimentos sem a utilização de agroquímicos em geral ou em transição para a retirada dos agroquímicos.

1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo principal foi identificar o que leva as mulheres a comercializarem e produzirem alimentos sustentáveis, verificando como as dimensões técnico-produtiva, econômica e sociocultural interferem nas suas escolhas.

1.1.1 Objetivos específicos

- Compreender como se deu o processo de tomada de decisão com relação à produção e à comercialização e, deste modo, a inserção na feira;
- Verificar a participação econômica das mulheres na composição da renda familiar a partir da inserção na feira;
- Analisar os aspectos socioculturais e suas influências no processo de comercialização.

1.2 JUSTIFICATIVA

No Brasil, de acordo com os dados do IBGE (2017), somente 13,4% (5.046.390) da população vive no meio rural, destes 18,73% dos estabelecimentos são subordinados a agricultoras (945.490). Quando visualizada a mesma categoria para o Rio Grande do Sul (RS), tem-se 12,1% (43.893) dos estabelecimentos subordinados a agricultoras e 20,3% são

dirigidos por casais (IBGE, 2017). Além disso, as “atividades econômicas de menor rendimento possuem mais ocupados de cor ou raça preta ou parda e pessoas do sexo feminino, [...] e os homens ganham em média 29,7% mais que as mulheres” (IBGE, 2018, p. 28). Tem-se, ainda, uma porção ínfima de mulheres que estão à frente dos estabelecimentos como responsável ou corresponsável. Deste modo, é uma pequena parte destas agricultoras que conseguem quebrar os paradigmas hegemônicos impostos aos meios produtivos e à comercialização direta.

Neste contexto, a agroecologia e sua multidimensionalidade podem se constituir numa alternativa para que as mulheres rurais alcancem melhores condições de vida e a autonomia, para uma igualdade de gênero no meio rural e urbano. Segundo Santos et al. (2019), a agroecologia possibilita a agricultoras/agricultores determinado grau de sustentabilidade socioeconômica e ambiental, possibilitando à mulher/homem do campo desenvolver condições necessárias para a sobrevivência, pois as produções sustentáveis são realizadas a partir de saberes das comunidades tradicionais, como os quilombolas, indígenas e as mulheres (CAPORAL, COSTABEBER, PAULUS, 2009), o que possibilita a redução dos custos de produção e viabiliza economicamente (ALTIERI, 2000) a vida das mulheres rurais. Porém, ao mesmo tempo que ela traz benefícios, há problemas com a falta de tecnologias que auxiliariam na diminuição da força braçal das(os) agricultoras(es), que acabam se tornando problemas de saúde, conforme relatos.

De acordo com Altieri (2000), para que seja realizada na prática, a produção sustentável deve começar com pequenas e médias agricultoras(es), pois são estas que detêm o conhecimento da produção, produzem uma diversidade de alimentos e promovem, assim, a sustentabilidade, segurança e soberania alimentar, estabilidade biológica do sistema, conservação dos recursos e equidade. Trabalhos como os das autoras Paulilo (2016), Federici (2017), etc. demonstram a importância das agricultoras familiares para o fornecimento de alimentos diversificados. Além disso, “a lógica da agricultura familiar aliada” à produção sustentável “cria as condições necessárias para que a unidade de produção passe a ser entendida [...] como uma unidade de vida e [...] não exclusivamente pela racionalidade econômica” (PINHEIRO, 2007, p. 89).

Porém, quando se fala de agricultoras(es) familiares neste trabalho, trata-se de uma pequena parcela destas(es), pois nem todas(os) possuem esta preocupação em produzir alimentos saudáveis/sustentáveis, como afirmado por Guzmán (2005, p. 124):

[...] atualmente, os agricultores familiares contribuem da mesma maneira que os grandes proprietários, para a deterioração do meio ambiente agrário. Sua subsistência depende, muito mais, que o fluxo de nutrientes (fertilizantes), a defesa contra as pragas e enfermidades (fitossanitários) e a demanda de combustíveis (petróleo ou eletricidade) para as máquinas e tratores não seja suspenso ou não atinja preços proibitivos, do que da qualidade ambiental de suas propriedades e do entorno que as rodeia. Tudo isso é o resultado de um desenvolvimento rural sem a agricultura, pois os agricultores ficam impedidos de incorporar seu conhecimento local ao traçado dos métodos pelos quais podem incrementar seu nível de vida. A planificação urbano-industrial estabelece quais são suas necessidades e qual deve ser sua articulação com a sociedade mais ampla.

Portanto, propõe-se construir este trabalho ao encontro do que preconiza a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). E alguns dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), como a promoção da igualdade de gênero, melhores condições de vida e a conquista de autonomia das mulheres, também se refere à soberania alimentar e à agricultura voltada para a sustentabilidade (ONU BRASIL, 2015). Desta forma, obteremos a equidade, com a involução das desigualdades e a construção de uma agricultura em consonância com os ciclos da natureza.

2 METODOLOGIA

Tendo em vista que os circuitos curtos de comercialização proporcionam aos agricultores contato direto com seus consumidores (BRANDÃO et al., 2020), fortalecendo o consumo de alimentos frescos e a AF, a estratégia de comercialização direta reforça a “importância dos circuitos mais localizados para a comercialização e constituição da renda dos agricultores locais” (BRANDÃO et al., 2020, p. 450).

Este estudo de caso contempla nove agricultoras que comercializam no Feirão Colonial do Projeto Esperança/Cooesperança. O Feirão Colonial existe desde 1992; no ano de 2018 completou 27 anos de existência e faz parte do Projeto Esperança/Cooesperança ligado ao banco da esperança da arquidiocese de Santa Maria (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2017). O Feirão Colonial é conhecido mundialmente quando se discute sobre economia solidária e agricultura familiar, assim como é local de comercialização para agricultoras(es) de cidades próximas a Santa Maria, além de mulheres e homens urbanos.

Desta forma, este estudo é de caráter qualitativo com amostra intencional pré-estabelecida (DESLAURIERS, KÉRISIT, 2012), para obter os objetivos desejados. A pesquisa qualitativa responde questões particulares, pois se aprofunda em um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que fazem parte da realidade social que dificilmente pode ser traduzido em números (MINAYO, 2015). Assim, a pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2015, p. 26), pode ser dividida em três etapas:

Fase exploratória: produção do projeto de pesquisa e todos os procedimentos para a entrada em campo;

Fase de trabalho de campo: levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira fase, levantamento de material documental e outros;

Fase de análise e tratamento do material empírico e documental: é o conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria. Além disso, esta última fase é subdividida em três momentos: ordenação dos dados, classificação dos dados e análise propriamente dita.

Utilizou-se neste trabalho o método estudo de caso do tipo exploratório, pois, de acordo com Yin (2015, p. 4), “quanto mais suas questões procuram explicar alguma circunstância presente, mais o método do estudo de caso será relevante, [...] também é relevante quando suas questões exigirem uma descrição ampla e ‘profunda’ de algum fenômeno social”. É a construção de uma investigação que pesquisa um fenômeno dentro de

seu contexto real, com pouco controle do pesquisador sobre eventos e manifestações do fenômeno (YIN, 2015).

Como embasamento teórico para interpretação dos resultados, foram utilizadas as dimensões sugeridas por Altieri (2000), Guzmán (2001), Gliessman (2005), Azevedo (2012), etc. Para a obtenção do maior número possível de informações, em função das questões e proposições norteadoras deste estudo, lançou-se mão de diferentes técnicas para levantamento das informações, dados e evidências. Como instrumentos de coleta de dados, foram realizadas observações durante os dias da feira, observações nas propriedades e questionários. Assim, realizou-se observações na comercialização dos alimentos pelas mulheres e também na propriedade/local de trabalho e residência das agricultoras.

As observações foram realizadas de janeiro a dezembro de 2018 durante os sábados até o meio-dia; no horário da feira, no Feirão Colonial, fez-se uma aproximação das agricultoras com conversas informais. O intuito foi identificar a forma como eram produzidos os alimentos e na busca por entender, em um primeiro momento, se havia preocupação em não causar danos ao meio ambiente. Além disso, foram realizadas visitas, durante o mesmo período, em oito propriedades, o que possibilitou observar a forma como produzem, a variedade de alimentos e como elas organizam-se para realizar o trabalho da horta e lavoura e o trabalho realizado em casa. Após as primeiras observações, foram disponibilizados os questionários.

Desta forma um roteiro foi aplicado, para guiar e possibilitar o diálogo (GIL, 2008), e para atingir o objetivo proposto. O roteiro continha questões rotineiras de produção e comercialização das agricultoras e seus familiares, sendo que na parte inicial do roteiro pode-se obter os dados e a composição familiar. No processo decisório, permeou-se pelas questões relacionadas ao estabelecimento, como quantas pessoas da família moram e trabalham no local, como é decidido o que será plantado e comercializado na feira. Na parte da agricultura familiar (AF), optou-se por conhecer o tamanho do estabelecimento (e assim saber quanto da propriedade era utilizada para a produção de alimentos), como as agricultoras se identificavam acerca da AF e qual a visão delas sobre a importância das mulheres na AF e a sua importância para suas e seus consumidores e sociedade. No tópico modo/tipo de produção e alimentos produzidos, procurou-se identificar a alimentação das suas infâncias, como estavam produzindo no momento, se havia mudado o modo de produzir e porque, quais alimentos seriam comercializados naquela semana e se recebiam assistência técnica. O tópico qualificação possibilitou identificar quais cursos e palestras fizeram parte de sua formação, importância dos espaços somente de mulheres para formação e em quais cursos teriam

interesse. No t3pico sobre mulheres e suas percep33es quanto 3 a participa33o na feira, optamos por identificar as feiras de que participavam e o per33odo de participa33o no Feir33o Colonial, desafios enfrentados para participar do Feir33o Colonial e os desafios de hoje. No 3ltimo t3pico, abordamos a renda e a autonomia das agricultoras, os questionamentos abordavam sua rotina de trabalho, o que significava trabalho, sua participa33o na renda da fam33lia antes e depois da participa33o na feira, como via e como v3e sua participa33o na renda da fam33lia.

2.1 SISTEMATIZA33O DOS DADOS

Para discutir e entender os dados, realizamos previamente a categoriza33o de acordo com as dimens33es da agroecologia que se pretendia estudar, pois ao conversar informalmente com as agricultoras foi poss33vel identificar que a maioria (cinco das agricultoras) referenciava a agroecologia como base para o modo de produ33o, duas a produ33o org33nica, uma em transi33o e uma sempre produziu sem a utiliza33o de qu33micos, mas n3o dava uma designa33o para a forma como produzia. Os dados foram previamente categorizados, considerando as dimens33es t3cnico-produtiva, econ33mica e sociocultural e seus respectivos objetivos espec33ficos (QUADRO 1).

A partir da sistematiza33o das respostas, de acordo com as dimens33es desejadas, foi realizada uma an33lise de conte33do da pesquisa qualitativa como aux33lio para atribuir significado 3s informa33es coletadas (FRANCO, 2012). As an33lises foram realizadas a partir de trabalhos existentes sobre o assunto (FRANCO, 2012), dialogando tamb33m com o suporte te33rico desta pesquisa.

Quadro 1: Dimens33es da agroecologia, questionamentos/indicadores

Dimens33es	Questionamento
T3cnico-produtiva	Como acontece o processo de tomada de decis33o quanto ao que ser33 plantado, a forma como ser33 plantado e quais alimentos ser33 comercializados?
Econ33mica	A produ33o e a feira possibilitaram a voc3e autonomia com rela33o 3 renda?
Sociocultural	Escolaridade, identidade e tecnologia de informa33o e comunica33o e trabalho.

Fonte: elaborado pela autora.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Abordamos, neste capítulo, a teoria acerca dos diferentes modos de produção de alimentos utilizados pelas agriculturas, além do processo de transição da produção de alimentos do convencional (com o uso de agroquímicos) para a produção de alimentos sem a utilização de qualquer agroquímico ou com o olhar voltado para a sustentabilidade do sistema. Assim, no Item 3.1 são abordadas as diferenças conceituais entre os (possíveis) sistemas produtivos utilizados pelas agricultoras, como: orgânico, agroecologia, convencional e a transição para sustentabilidade. No Item 3.2 abordamos a questão técnica e produtiva, que abrangem os saberes populares utilizados pelas agricultoras na produção de alimentos (como o cuidado com a época de plantio de cada alimento, a lua em que esse alimento deve ser plantado, calendário biodinâmico e o entendimento de que, ao produzir alimentos de acordo com a época, estão sanando as necessidades nutricionais de seus e suas consumidoras(es); sobre o recebimento de assistência técnica e a AF; e o processo de tomada de decisão. No Item 3.3 abrangemos as questões econômicas das agricultoras e seus familiares, como canal de comercialização direta; renda externa; diversidade de alimentos; o descomedimento da carga de trabalho e os recursos para produzir. No Item 3.4 abordamos as questões socioculturais como o gênero no meio rural (escolaridade); uso de tecnologias de informação e comunicação; relações com o alimento produzido.

3.1 A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E SUAS TRILHAS DISTINTAS

3.1.1 Produção orgânica

De acordo com a legislação nº 10.831, de 2003, o sistema de agricultura orgânica adota técnicas com o intuito de otimizar o uso de recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, bem como o respeito à integridade cultural nas comunidades rurais (BRASIL, 2003). O objetivo da utilização de técnicas, otimização de recursos e da integridade cultural das comunidades é:

“[...] a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção,

processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente” (BRASIL, 2003, p. 1).

A partir do século XXI “no Brasil, bem como em países de baixa renda, as agricultoras(es) apoiadas por ONGs, que prestavam assistência técnica e social, elaboraram um novo (re)conhecimento de práticas alternativas de produção” e um novo meio de adentrar na comercialização para promover uma (re)aproximação com os consumidores (MEDAETS, 2005, p. 44). O contato das(os) agricultoras(es) com suas/es consumidoras(es) auxiliou na concepção de um elo de confiança sobre como os alimentos são produzidos, sem a “necessidade de certificação” (MEDAETS, 2005, p. 44). Deste modo, a “agricultura orgânica é um sistema de produção sustentável que tem como elementos fundamentais a simplicidade e o relacionamento harmônico com a natureza, sem que isso implique em quedas na produtividade e na rentabilidade” das(os) agricultoras(es) (MUÑOZ et al., 2017, p. 2). Azevedo (2012, p. 113) complementa ainda que:

“A agricultura orgânica tem como objetivos a autossustentação da propriedade agrícola no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais para o agricultor, a minimização da dependência de energias não renováveis na produção, a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, da agricultora (o) e do meio ambiente, o respeito a integridade cultural das (os) agricultoras (es) e a preservação da saúde ambiental e humana”.

Para Sabuichi et al. (2017, p. 26), a agricultura orgânica é uma “prática agrícola que tem por princípios estabelecer sistemas de produção baseados em conjunto de procedimentos que envolvem a planta, o solo e as condições climáticas, de forma a produzir um alimento sadio livre de contaminantes químicos e agrotóxicos”. Ainda, compreende-se que este é um sistema diferente do modo de produção convencional da terra, pois é baseado em princípios ecológicos, onde o “sistema de produção compromete-se com a saúde, a ética [...]” e visa “contribuir para a preservação da vida e da natureza [...], usa de forma racional os recursos naturais”, ao empregar “métodos de cultivos tradicionais e as mais recentes tecnologias ecológicas” (PENTEADO, 2001, p. 9).

Além disso, a produção de alimentos orgânicos ainda “prevê o tratamento homeopático e fitoterápico de doenças” (AZEVEDO, 2012, p. 113). Ademais, a produção de alimentos orgânicos faz parte de “diversos movimentos ou processos que adotam esses princípios básicos (agroecológicos): agricultura alternativa, biológica, orgânica, natural, biodinâmica, yamaguishiana, permacultura, agroflorestais, etc. [...] qualquer produto obtido

nestes sistemas é conhecido como orgânico” (PENTEADO, 2001, p. 9). Em acréscimo aos processos relatados anteriormente, tem-se na produção orgânica o “manejo animal que visa à prevenção de doenças e o fortalecimento animal”. Quando se aborda o animal em um sistema de produção orgânica, deve-se levar em consideração o seu “bem-estar, espaço suficiente para sua locomoção, procriação e que ele possa estar em contato com luz natural. Alimentação é variada, com pastagem e grãos orgânicos, e admite-se o semiconfinamento” (AZEVEDO, 2012, p. 113). Um estudo realizado sobre a produção orgânica por Mass, Malvestiti e Gontijo (2020, p. 1) relata que, apesar “do aumento da carga cognitiva devido a uma variedade de tarefas, não identificou-se o sofrimento mental”, pelo contrário:

[...] há um aumento de satisfação com o trabalho, melhoria da saúde da família como um todo, melhorando a qualidade de vida. Ainda como resultados, esta revisão aponta como lacunas [...] estudos longitudinais sobre agricultura orgânica, como interações sociais, condições ambientais de trabalho e estudos na área tecnológica. [...] a agricultura orgânica interfere positivamente na saúde dos trabalhadores. Portanto, uma necessidade de pesquisas empíricas é iminente para o desenvolvimento de inovações que aprimoram ou trabalham na agricultura orgânica.

Todo esse modo de produção da agricultura orgânica ainda permite sua certificação, que é um “instrumento para a garantia de sua origem e segurança sanitária” (AZEVEDO, 2012, p. 114). Segundo o Decreto Nº 6.323 de dezembro, de 2007, para que o sistema de produção seja considerado orgânico e assim possuir certificação dos alimentos produzidos, primeiro é realizado um credenciamento no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), realizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Segundo, é realizada uma auditoria com uma equipe oficial de auditores e é feita uma avaliação na propriedade dos requerentes à certificação, assim o organismo de avaliação garante por escrito que uma produção ou um processo foi devidamente identificado, metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes (BRASIL, 2007). Após, o MAPA reconhece formalmente que um organismo de avaliação diagnosticou tal propriedade com o sistema de produção orgânico (BRASIL, 2007).

Dentro do sistema de certificação, tem-se a distinção de diferentes formas de como este serviço pode ser realizado. Deste modo, temos três diferentes formas de certificação: a) **Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC)** – realizada por uma “instituição que avalia, verifica e atesta que os produtos ou estabelecimento produtores ou comerciais atendem aos requisitos” da legislação para produção orgânica, possível de ser

realizado por uma certificadora ou Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) (BRASIL, 2011). b) **Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC)** – “organização que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas em um Sistema Participativo de Garantia – SPG, constituída por uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos” (BRASIL, 2011). c) **Organização de Controle Social (OCS)** – “grupo, associação, cooperativa, consórcio com ou sem personalidade jurídica, previamente cadastrado no MAPA, a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta”, realizado a partir da credibilidade criada pela interação de “pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade” (BRASIL, 2011).

3.1.2 Produção agroecológica

A agroecologia, segundo Gliessman (2005, p. 55), surgiu da união da ecologia e da agronomia, a “ecologia ocupava-se principalmente dos estudos dos sistemas naturais, e a agronomia da aplicação de métodos de investigação científica à prática da agricultura”. A agroecologia é o conhecimento que auxilia na construção de uma agricultura baseada na sustentabilidade, para tal ela precisa ser multidimensional, ou seja, englobar as dimensões ambientais, sociais, políticas, culturais, econômicas e éticas da realidade (GUZMÁN, 2001).

Segundo Gliessman (2005, p. 56), “a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, e por outro lado, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável”. Como afirma Primavesi (1997, p. 130), com o passar do tempo a agroecologia e as demais produções sustentáveis proporcionam impactos positivos em ambas as dimensões, pois estão em “estreita interligação com os sistemas naturais existentes no lugar”, ou seja, “os ciclos e equilíbrios naturais de um lugar” onde o ser humano pode e deve ser incluído.

Para Altieri (2000, p. 18), a agroecologia é “uma nova abordagem que integra princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”. Devido sua pertinência em relação à natureza e às famílias que se beneficiam dos alimentos produzidos neste sistema, a “agroecologia tem sido difundida na América Latina, e no Brasil, com capacidade de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável”

(NÚCLEO TEMAS, 2001, p. 9). Importância esta também afirmada por Siliprandi (2011), ao retratar a agroecologia como a possibilidade da produção de alimentos voltados ao consumo interno, sem a destruição dos recursos naturais, contrapondo-se às monoculturas e plantios extensivos.

Por ser considerada agricultura sustentável, “realiza a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta da redução da pobreza” (NÚCLEO TEMAS, 2001, p. 10). Caporal, Costabeber e Paulus (2009, p. 86) abordam que os sistemas produtivos baseados na agroecologia e/ou em outras formas de produção sustentável:

[...] minimizam as externalidades negativas e, por serem mais parcimoniosos com respeito ao uso dos recursos naturais e menos dependentes de recursos externos, acabam reduzindo sensivelmente os impactos ambientais e, portanto, diminuindo a mochila ecológica e a pegada ecológica por eles gerados.

Ainda, segundo os autores, a produção de “alimentos saudáveis (diversidade de alimentos, sem resíduos químicos ou contaminações)”, provenientes da agroecologia, faz parte da luta da agricultura familiar (CAPORAL, COSTABEBER, PAULUS, 2009, p. 86). Para o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA (2019, p. 1), a “agroecologia expressa a exigência operacional do desenvolvimento de sucessivos elos para se atingir a Soberania Alimentar. É fundamental não desvincular a agroecologia dos seus sujeitos, os camponeses e os povos originários e tradicionais”. Além disso, o MPA (2019) acredita que a agroecologia também é um modo de vida, como descrito abaixo:

[...] um modo de ser, viver e produzir das comunidades do campo, baseada em modelo produtivo que respeite e se integre ao meio ambiente, e tem na produção de alimentos e no abastecimento popular um de seus objetivos fundantes, para o MPA a agroecologia não se efetiva, desvinculada de sistemas de abastecimentos que envolvem o campo e cidade, sejam por vínculos criados e mediados pelo e através de políticas de abastecimento ou edificadas pelo poder popular.

Assim como todas as produções de alimentos ecológicas, a agroecologia também possui desafios, que são a “luta contra pragas, doenças ou problemas do solo, pois, se a causa da doença, das pragas, da degradação do solo, por exemplo, for entendida como desequilíbrio, então o objetivo do tratamento agroecológico é restabelecê-lo” (ALTIERI, 2000, p. 19). Ainda, segundo o mesmo autor, “quando a biodiversidade é restituída aos agroecossistemas, numerosas e complexas interações passam a estabelecer-se entre o solo, as plantas e os animais” (ALTIERI, 2000, p. 19). E os resultados provenientes destas interações e

sinergismos promovem benefícios (ALTIERI, ANDERSON, MERRICK, 1987 apud ALTIERI, 2000, p. 19), pois:

- cria uma cobertura vegetal contínua para a proteção do solo;
- assegura constante produção de alimentos, variedade na dieta alimentar e produção de alimentos e outros produtos para o mercado;
- fecha os ciclos de nutrientes e garante o uso eficaz dos recursos locais;
- contribui para a conservação do solo e dos recursos hídricos através da cobertura morta e da proteção contra o vento;
- intensifica o controle biológico de pragas fornecendo um habitat para os inimigos naturais;
- aumenta a capacidade de múltiplo uso do território;
- assegura uma produção sustentável das culturas sem o uso de insumos químicos que possam degradar o meio ambiente.

Assim, a agroecologia e os demais meios de produção ecológicos “trabalham em estreita interligação com os sistemas naturais existentes num lugar. Isso inclui o solo, sua vida, estrutura, [...] as sociedades vegetais que aqui se assentaram e suas sucessões, o clima e a atividade do homem” (PRIMAVESI, 1997, p. 130). De acordo com a mesma autora, o “Ecológico não é uma planta ou um animal que se tem que preservar, mas significa os ciclos e equilíbrios naturais de um lugar, em que o homem pode e até deve se incluir” (PRIMAVESI, 1997, p. 130).

3.1.3 Produção convencional e o processo de transição para a produção ecológica

De acordo com Gliessman (2005, p. 34), a “agricultura convencional tem dois objetivos que se relacionam: a maximização da produção e o lucro”; devido a isso, muitas práticas foram desenvolvidas sem considerar suas “consequências não intencionais a longo prazo e sem considerar a dinâmica ecológica dos agroecossistemas”. Cada prática “cultivo intensivo do solo, monoculturas, irrigação, aplicação de fertilizante inorgânico, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas” contribui individualmente na produtividade, mas formam um sistema onde uma depende das outras e reforça a necessidade de usá-las (GLIESSMAN, 2005, p. 34).

Assim, práticas de produção convencional somam-se para obter uma “alta produtividade no presente” e conseqüentemente “compromete a produtividade futura”, devido ao uso intensivo dos recursos naturais e de produtos químicos (GLIESSMAN, 2001, p. 40). Para Carneiro et al. (2015, p. 13), o “processo agrícola brasileiro está cada vez mais

dependente dos agrotóxicos e fertilizantes químicos”. Devido a isso, a agricultura convencional passou a ser “insustentável para o meio ambiente, para os agricultores e consumidores” (DAROLT, 2003, p. 291). Além disso, “problemas de erosão, baixa produtividade das terras e culturas, doenças, etc.” fizeram com que a opinião pública ficasse mais atenta aos rumos da nossa alimentação (DAROLT, 2003, p. 291). A produção convencional trabalha com a padronização técnica moderna de produção agrícola, que “ignorou a heterogeneidade local” e contribuiu para o “desaparecimento dos agentes patogênicos e a importância de sua interação com a totalidade do ambiente; os “anti” (bióticos, vírus) e os “cida” (pesticidas, nematicidas, herbicidas) prevaleceram entre o forte e o fraco, com graves consequências para o equilíbrio do ambiente e a biodiversidade” (AZEVEDO, 2012, p. 39). A industrialização da produção rural e o aumento na especialização em uma cultura causaram impactos negativos, de maneira significativa nos “sistemas biológicos, sociais, econômicos e culturais (consumo de energia – fontes não renováveis, intensificação da erosão do solo, monocultura, êxodo rural, concentração de renda, produção em massa de insumos industriais, perda de conhecimento popular, entre outros)” (KLOCK FILHO, WILDNER, 2013, p. 2).

Como afirmado por Azevedo (2012, p. 39), “o maior equívoco das práticas agrícolas desse sistema (sistema convencional) foi ignorar os métodos tradicionais de manejo ecológico de fertilidade e controle de pragas”, pois assim contribuiu-se para o “agravamento das desigualdades no campo, ao focar na alta produtividade, associada com a economia de escala, o que provocou a expulsão do agricultor familiar do meio rural” (AZEVEDO, 2012, p. 40). Além disso, ao refletir sobre o padrão técnico moderno da produção de alimentos, Azevedo (2012) identificou que, ao priorizar elevados ganhos de produtividade, originaram-se crises consideradas em três dimensões:

Na **dimensão econômica**, com o aumento da eficiência tecnológica e comercial, produzindo os efeitos da superprodução, com consequências sobre o dinamismo da atividade produtiva; na **dimensão social**, uma vez que a modernização reduziu a necessidade da força de trabalho; na **dimensão ambiental**, pelo uso excessivo e indiscriminado dos insumos químicos de origem industrial, com o risco de um sério desgaste de recursos naturais.

3.2 DIMENSÃO TÉCNICO-PRODUTIVA E A TOMADA DE DECISÃO

3.2.1 O conhecimento popular das agricultoras familiares

“Houve nos primórdios da humanidade um período matriarcal” (AGUIAR, 2001) e durante este tempo as mulheres adquiriram muitos conhecimentos sobre os ciclos das estações, sobre a vida e a morte e sobre as diferentes fases da lua (TERRIN, 1994 apud AGUIAR, 2001). Após o segundo milênio, as mulheres são inferiorizadas na sociedade e todo o conhecimento que detinham passa a ser visto como uma ameaça, pois controlavam técnicas e métodos, desde contraceptivos até tratamentos e curas de doenças, com a utilização de chás e ervas medicinais (FEDERICI, 2017). Essa busca pela autonomia passou a ser criminalizada pela Igreja e pelo Estado, que demandavam do crescimento da massa de trabalhadores para o desenvolvimento do capitalismo (FEDERICI, 2017).

À mulher foi conferida a descoberta do plantio de “grãos férteis”, pois “coletar necessitava de um território muito grande para alimentar pouca gente, e plantar [...] implica que um pequeno pedaço de terra possa alimentar muito mais gente. E foi assim que as mulheres se tornaram as primeiras horticultoras” (MURARO, 1992, p. 30). Com os anos e contemporaneamente, pode-se perceber que as mulheres continuam detentoras destes conhecimentos, o que na verdade demonstra que “esse culto nunca morreu”, pois “assim como a própria lua ocultou-se em períodos de intensa perseguição, para renascer em épocas favoráveis”, também os saberes das mulheres ressignificam-se (AGUIAR, 2001, p. 118-119) e perpassam gerações.

Por muitos anos os conhecimentos populares e/ou tradicionais “são produzidos de forma coletiva e informal, transmitidos oralmente de geração para geração. [...] quase sempre tidos como de domínio público” (ARAÚJO, 2008, p. 238). Para Guzmán (2001, p. 37), os conhecimentos populares possibilitam a “manutenção da qualidade” da natureza e perduram ao longo dos anos. Como afirma também Araújo, ao relatar sobre os conhecimentos dos povos indígenas e das populações tradicionais (2008, p. 239):

[...] sabe-se que os povos indígenas e as populações tradicionais (seringueiros, caiçaras, comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pequenos agricultores etc.) são, em grande parte, responsáveis pela conservação e pela própria diversidade biológica de nossos ecossistemas, produto da interação e do manejo da natureza em moldes tradicionais. Sabe-se ainda que, através dos tempos, esses povos e populações acumularam um profundo conhecimento sobre os recursos naturais das regiões onde vivem, o que se convencionou chamar de “conhecimentos tradicionais”.

Porém, o desejo do homem de controlar a natureza está relacionado com a dominação da mulher, que, como a da natureza, está relacionada a “vantagens econômicas e ao poder político” (GARCIA, 1992, p. 164), criados como forma de controle sobre as mulheres. Para explicar “as vinculações existentes entre a destruição da natureza, surgiu então o ecofeminismo, como uma das correntes teóricas utilizadas pelo movimento feminista e ambientalista” (SILIPRANDI, 2006, p. 1). Observa-se a partir disso a contradição, pois o ser humano em hipótese alguma conseguiria “sobreviver sem a natureza, [...] o que revela uma inversão cultural da realidade natural”. [...] Assim, “as relações inter-humanas e destes com o mundo natural precisam encarnar a vitalidade de um novo sistema de vida” (GARCIA, 2009, p. 11).

3.2.2 Tomada de decisão

Considera-se relevante no processo produtivo a decisão do que e como plantar e o que será comercializado. Ao abordar o processo de tomada de decisão, Moritz e Pereira (2008) relatam a importância das informações antigas no auxílio das soluções de problemas durante as épocas com pouca produção de alimentos. Assim, Moraes (2004, p. 179-180) identifica seis passos importantes que auxiliam na tomada de decisão, que são:

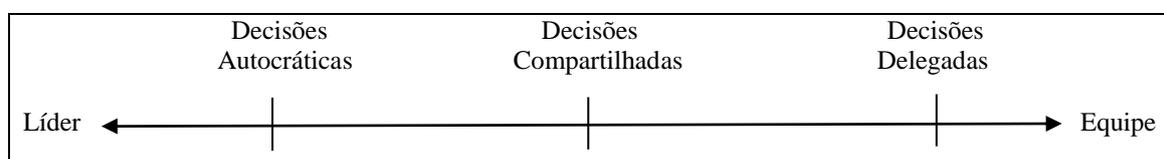
- a) **definição e diagnóstico do problema:** levantamento de dados e fatos relacionados ao problema;
- b) **procura de soluções alternativas mais promissoras:** quando identificado o problema, procurar soluções adequadas para resolvê-lo;
- c) **análise e comparação dessas alternativas de solução:** verificar vantagens e desvantagens de cada solução sugerida, comparar e avaliar o custo/benefício, para identificar as possíveis consequências;
- d) **escolha da melhor alternativa como plano de ação:** levar em consideração se as alternativas encontradas serão satisfatórias, racionalidade é o elemento básico neste passo;
- e) **implementação da alternativa escolhida:** uso das habilidades de persuasão e de decisora, para assegurar que a alternativa escolhida seja implementada;
- f) **avaliação e feedback:** as tomadoras de decisão coletam informações sobre a decisão implementada e sua eficácia em atingir as metas estabelecidas. O *feedback* é importante no processo de decisão pois é contínuo, fornece a tomadora de decisão as informações que podem precipitar um novo ciclo de decisões.

Para Simon (1965, p. 6), todo “comportamento é planejado, e guiado por objetivos e/ou metas” e, desta forma, ele “é racional, pois há uma escolha de alternativas para que se possa chegar às metas previamente selecionadas”. Em consonância a isso, tem-se duas teorias possíveis, neste caso, que auxiliam no processo de tomada de decisão: a teoria

comportamental, que concebe a pessoa responsável pela tomada de decisões, a partir do conhecimento sobre possíveis alternativas e possibilita uma série de decisões e ações a serem tomadas (MORITZ, PEREIRA, 2008); e a teoria do comportamento racional, em que o processo decisório “desenvolve-se sob a dinâmica da escolha”, onde a decisora precisa “de alternativas satisfatórias ou decorrentes de comportamentos, [...]” baseados em “resultados satisfatórios” (MORITZ, PEREIRA, 2008, p. 50). Ou seja, “uma decisão é “organizativamente” racional, se for orientada no sentido” de alcançar os “objetivos” e/ou “metas” (SIMON, 1965, p. 90). Além disso, as formas de decisões influenciam no processo de produção e comercialização. Assim, Maximiano (2008, p. 88-89) propõe dois tipos: a) Decisões programadas: onde as soluções já são conhecidas devido a situações que ocorreram anteriormente e são utilizadas na resolução de “problemas que já foram enfrentados antes e que se comportam sempre da mesma maneira”. b) Decisões não programadas: distinta da anterior, é preparada “uma a uma, para atacar problemas que as soluções padronizadas não conseguem resolver. São situações que estão sendo enfrentadas pela primeira vez [...] e precisam de um processo de análise sucessivas, desde o entendimento do problema até a tomada de uma decisão”.

Quanto às formas de tomada de decisão, estas são: autocráticas - as decisões tomadas sem a participação do grupo, ou seja, de forma unilateral; compartilhadas - acontecem com o grupo todo, neste caso cada família; e delegadas, - as decisões tomadas por uma pessoa e delegadas aos demais integrantes do grupo (MAXIMIANO, 2008). Para melhor visualizar, ver Quadro 2.

Quadro 2: Formas de tomadas de decisões



Fonte: Maximiano (2008, p. 103).

3.2.3 Extensão Rural, assistência técnica e a agricultura familiar

A extensão rural no Brasil teve grande influência americana e tinha o intuito de promover a atualização da agricultura (LISITA, 2005). Desta forma, inicialmente os técnicos foram difusores de conhecimentos tecnológicos, que deveriam promover um avanço positivo

na agricultura, onde o agricultor “produziria mais, com rendimento maior e melhor qualidade” (LISITA, 2005). A extensão rural é a prestação da assistência técnica por profissionais denominados extensionistas, responsáveis pela orientação dos agricultores com o intuito de resolver problemas relacionados à produção agropecuária (SILVA, 2014). A extensão rural tem o intuito de caminhar em diferentes trilhas, de acordo com a realidade da agricultora, para resolver seus problemas e conseguir obter os produtos finais (SWANSON, CLAAR, 1991).

A assistência técnica, durante a década de 60, tornou-se conhecida devido ao seu período de difusionismo ou produtivismo, em que os profissionais dedicavam-se para a intensificação da agricultura principalmente para a exportação, além de aumentar a subordinação a elos estabelecidos à montante e à jusante da produção primária (CAPORAL, 2015). Para tal, a assistência técnica apoia-se na “política de crédito rural que priorizava os médios e grandes agricultores e era, sabidamente, seletiva. [...] o que levou a uma drástica redução de sua preocupação” com as famílias rurais mais pobres (CAPORAL, 2015, p. 63). Em “meados dos anos 70 criou-se a política de ação diferenciada para às camadas mais empobrecidas da população rural, que mesmo presentes nos manuais, permaneceria na periferia do trabalho orientado pelas diretrizes da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER” (CAPORAL, 2015, p. 63) e prosseguiu com essa forma de assistencialismo por muitos anos.

Devido à necessidade de reverter as “explorações abusivas dos recursos naturais em toda a Idade Média e início da Revolução Industrial, grande marco de domínio do homem sobre a natureza”, propôs-se uma “reconversão no modelo de produção” para possibilitar a manutenção e a autonomia dos agricultores, [...] a partir da incorporação de técnicas e práticas menos intensivas no uso dos recursos naturais” (THEODORO, DUARTE, ROCHA, 2009, p. 20-21). Além disso, segundo os mesmos autores:

Mais recentemente, em função da valorização da agricultura familiar pelo Governo Federal, a extensão rural foi induzida a se reestruturar e a atuar de forma mais participativa, alterando o perfil de transferência de tecnologias e conhecimentos – difusionismo, para uma ação que se utiliza de metodologias participativas e centradas na troca de conhecimentos entre técnicos e agricultores. [...] privilegia-se a busca por alternativas locais em lugar dos pacotes tecnológicos. [...] como forma de contribuir para um novo patamar de desenvolvimento, mais harmônico e equânime, fez-se a incorporação dos princípios, práticas e ações da agricultura alternativa, ou agroecológica, pela extensão rural brasileira” (THEODORO, DUARTE, ROCHA, 2009, p. 21).

Deste modo, a assistência técnica informal surge, no Brasil, com os primeiros cursos de ensino superior nas ciências agrárias ou em níveis técnicos. No RS, a assistência técnica

principia em 1955 e vincula-se ao setor público, destinada ao assistencialismo às comunidades rurais; a assistência prestada, conforme o modelo de desenvolvimento geral e com as exigências impostas à agricultura, baseava-se em um Assistencialismo Familiar conforme ficou conhecido na época (CAPORAL, 2015). A assistência técnica no RS, segundo Lisboa et al. (2012, p. 57), era realizada pela:

Ascar (Associação de Crédito e Assistência Técnica e Extensão Rural), criada em 1955 e que, a partir de 1977 passou a ser conhecida sob a denominação de Emater/RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Essa organização constituiu a principal referência no atendimento às demandas dos agricultores por orientação técnica especializada, atuando também como instrumento dos governos na instituição das políticas de desenvolvimento agrícola e rural.

Dentre as “ações da Ascar havia questões voltadas para a economia doméstica, da produção agrícola e organização comunitária passando, com o tempo, a enfatizar a execução das políticas públicas federais, estaduais e municipais para o meio rural” (DIESEL, 2006 apud LISBOA et al., 2012, p. 58). Estas ações auxiliaram na proliferação da divisão sexual do trabalho, afirmando os espaços domésticos como lugar de mulher, ao afastar as agricultoras do conhecimento técnico-gerencial (SILVA et al., 2020). Neste sentido, a emancipação das agricultoras:

depende da reivindicação dos seus direitos previstos em lei e dos benefícios concedidos por meio das políticas públicas. Fato que tem sido sustentado pela luta feminista do campo, a qual, a partir do feminismo como ciência e como movimento social, tem apresentado papel primordial na conquista dos direitos e para sua emancipação como sujeito político e de direitos (SILVA et al., 2020, p. 3).

Além disso, houve a adoção dos “pacotes tecnológicos”, “levados pelos técnicos até as produtoras mediante um processo difusionista” (BELLÉ, COSTABEBER, 2016, p. 27). Deste modo, faz-se necessária a discussão de novas estratégias de assistência técnica e de extensão rural, “especialmente alicerçadas em processos que levem à construção de agricultoras sujeitas, que valorizem os conhecimentos das agricultoras, aliando-as aos conhecimentos gerados pela pesquisa de modo a promover sistemas de produção mais sustentáveis” (BELLÉ, COSTABEBER, 2016, p. 28). Assim, a extensão rural é um processo contínuo de aprendizagem e trocas, tanto para a extensionista, quanto para a agricultora.

3.3 DIMENSÃO ECONÔMICA

3.3.1 Canais comercialização direta

As cadeias curtas de comercialização inserem-se em um debate amplo que são as cadeias de valores (SCHNEIDER, GAZOLLA, 2017). Estas referem-se a um sistema de acordos, arranjos e contratos que liga os agricultores aos consumidores de alimentos (SCHNEIDER, GAZOLLA, 2017 apud IFAD, 2014). De acordo com Schneider e Gazolla (2017, p. 12), as cadeias agroalimentares curtas de abastecimento estão envolvidas na cadeia de valor para:

[...] construir novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade dos produtos, assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais. Neste sentido, a definição de cadeias curtas resgata uma dimensão central das economias de proximidade e no que se refere ao papel da geografia e da interação entre espaço e atividade econômica.

“Os circuitos curtos de comercialização são um exemplo de sistemas agroalimentares alternativos” (RETIÈRE, 2014, p. 25). Além disso, a “criação, funcionamento e evolução das “cadeias alternativas” de abastecimento alimentar é uma das dimensões fundamentais dos novos padrões de desenvolvimento rural que vêm surgindo” (RENTING, MARSDEN, BANKS, 2017, p. 27).

De acordo com Agne e Waquil (2011), as(os) agricultoras(es) familiares possuem papel fundamental, enquanto agentes de interação social e na participação efetiva da construção de seus resultados econômicos. Para tal, utilizam-se de “estratégias que envolvem a multiplicidade de ações e atividades (diversificação da produção, organizações sociais, conservação da natureza, aproveitamento dos recursos produtivos, produção para subsistência, etc.)” (AGNE, WAQUIL, 2011, p. 781). Ainda de acordo com Agne e Waquil (2011), a AF desenvolve, ainda, a industrialização (ao fazer uso da industrialização de parte da produção, as agricultoras agregam valor a determinado produto, além de fazer o aproveitamento do excedente de alimentos perecíveis produzidos em determinadas épocas) de alguns produtos agropecuários e formula estratégias para obter espaços promissores para a venda desses produtos. Cultiva-se, assim, uma rede de “relações sociais com consumidores, outros produtores, organizações locais, instituições, etc.” (AGNE, WAQUIL, 2011, p. 781).

Para fortalecer esses laços entre agricultoras(es) e suas(seus) consumidoras(es), algumas “instituições públicas locais [...] têm incentivado a criação de circuitos curtos de abastecimento” (CARVALHO, RUIVO, 2017, p. 72). O intuito é promover a “produção, o

consumo e a distribuição local de forma sustentável [...] o que pode constituir em favor da inclusão social e da fixação das produtoras e suas famílias na comunidade, com resultado global positivo para a valorização territorial” (CARVALHO, RUIVO, 2017, p. 72).

Deste modo, Schneider e Gazolla (2017, p. 12 apud RENTING, MARSDEN, BANKS, 2003) trabalham com basicamente três tipos de cadeias curtas:

a) face a face – onde as agricultoras (es) interagem diretamente com as (os) consumidoras (es) e aspectos sociais como confiança, autenticidade e interação pessoal são essenciais ao seu funcionamento; **b) de proximidade espacial** – os produtos produzidos e distribuídos em uma região específica de produção e os consumidores geralmente buscam estes alimentos no local de produção ou em locais de comercialização; **c) cadeias espacialmente estendidas** – é necessária a transmissão e a tradução de valores e informações em torno dos produtos e do local de produção aos consumidores de fora da região de produção. Geralmente faz-se o uso de certificados (*labels*) e selos de qualidade ou de origem.

Além disso, foram identificadas as principais formas de cadeias curtas com vendas diretas, estas realizadas:

nas propriedades, feiras locais, lojas de agricultores, mercados dos agricultores/produtores (*farmers markets*), as vendas de porta em porta (*box schemes*), a colheita direta pelos consumidores nas unidades produtivas (*pick your own*), o comércio eletrônico, formas de codivisão dos riscos de produção dos alimentos entre consumidores e produtores, os grupos de consumidores coletivos e as diversas modalidades de associações entre produtores e consumidores (SCHNEIDER, GAZOLLA, 2017, p. 13 apud GRAASSENI, 2013; BRUNORI, ROSSI, MALANDRIM, 2011).

Assim, observa-se que, por meio dos circuitos curtos de abastecimento, foi/é possível centrar no processo de interação entre as agricultoras e suas(seus) consumidoras(es), o que viabiliza novas formas de gestão e a busca por inovação dos alimentos produzidos e/ou dos alimentos industrializados (SCHNEIDER, GAZOLLA, 2017). Assim, “comprar alimentos nunca deixou de ser uma relação social e humana, vital, quase cotidiana marcada por diversas interações entre atores humanos e não humanos, por tensões e conflitos” (SABOURIN, 2013, p. 5-6).

3.3.2 A importância da diversidade de alimentos na comercialização

Os alimentos e as plantas medicinais produzidos cumprem importante papel nos “processos ecológicos auto reguladores das populações que possam vir a causar danos”, e

deste modo promovem uma “agricultura sustentável” (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2009, p. 89). Quando se utiliza a “biodiversidade dentro dos sistemas agrícolas, a favor da maior sustentabilidade”, as agricultoras obtêm o “equilíbrio dinâmico dos agroecossistemas” (CAPORAL, COSTABEBER, PAULUS, 2009, p. 89), pois, na agricultura, assim como nas demais áreas, “a diversidade tem sido moldada pela forma de viver dos seres humanos [...]. Nesses processos naturais e humanos, a biodiversidade tem apresentado ganhos e perdas contínuos” (BOEF, 2007, p. 36), porque a “perda da biodiversidade refere-se à diminuição da diversidade genética nos sistemas agrícolas mundiais” (SPOSITO, ABREU, 2017, p. 297).

Mas não é somente ao meio ambiente que a diversidade se caracteriza em benefícios e a perda em prejuízos; segundo a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS (2019), a alimentação evolui com o tempo e é influenciada por diversos fatores sociais e econômicos

que interagem de maneira complexa para moldar os padrões alimentares individuais. Esses fatores incluem renda, preços dos alimentos (o que afetará a disponibilidade e a acessibilidade aos alimentos saudáveis), preferências e crenças individuais, tradições culturais e aspectos geográficos e ambientais (incluindo mudanças climáticas). Portanto, promover um ambiente alimentar saudável – com sistemas alimentares que promovam uma dieta diversificada e equilibrada – requer o envolvimento de múltiplos setores e partes interessadas, incluindo governos e os setores público e privado.

De acordo com o guia alimentar para a população brasileira, “apesar da redução da desnutrição em crianças, as deficiências de micronutrientes e a desnutrição crônica” ainda estão presentes em “grupos vulneráveis da população, como indígenas, quilombolas, crianças e mulheres que vivem em áreas vulneráveis” (BRASIL, 2014, p. 5). Concomitantemente, o “Brasil tem enfrentado aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade em todas as faixas etárias” (BRASIL, 2014, p. 5).

Hodiernamente, há demanda pela diversidade de alimentos por parte de alguns consumidores, emergindo da necessidade de se reconectar com quem produz os alimentos que vão à mesa (DIAS, RÉVILLION, TALAMINI, 2017). Com isso, as feiras e outros meios de comercialização direta com produtoras(es) passaram a ser local de compra destes consumidores, pois havia a necessidade de

mitigar problemas como a desconfiança nas grandes empresas do setor de produção e distribuição de alimentos; o desconhecimento da origem dos produtos; o risco de insegurança alimentar; os problemas de saúde relacionados ao consumo de alimentos processados; e o impacto ambiental dos sistemas produtivos convencionais (DIAS, RÉVILLION, TALAMINI, 2017, p. 242).

A “alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa” (BRASIL, 2014, p. 8). Além disso, ela deve ser “acessível física e financeiramente; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis” (BRASIL, 2014, p. 8). Em estudo realizado por Galdino et al. (2017, p. 8), é o tipo de produção realizada pelas agricultoras que apresentaram “uso múltiplo da diversidade de culturas nos espaços, fortalecimento da comercialização direta com o consumidor e mercados locais, interações sociais com os moradores da vila principalmente de ainda haver a prática da troca, seja de sementes, muda ou até mesmo de produção”.

Além disso, é possível garantir a soberania alimentar, que é “o direito que os povos têm de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares sem *dumping* de outros países” (PAULILO, 2016, p. 317-369). Em consonância com a visão da autora, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA (COMUNICAÇÃO MPA, 2016, p. 1) “compreende que um povo para ser livre precisa ser soberano, e essa soberania passa pela alimentação”. Desta forma, a soberania alimentar, além do que já foi dito, é “o direito dos povos de definir suas estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos”, para garantir “o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade” da produção, comercialização e gestão, onde “a mulher desempenha um papel fundamental” (COMUNICAÇÃO MPA, 2016, p. 1).

Desta forma, é imprescindível abordar as teorias ecofeministas utilizadas por Vandana Shiva (1993), Siliprandi (2000; 2009), Paulilo (2016) e Kaufmann (2018), em que o ecofeminismo é o casamento das teorias relacionadas à ecologia e ao feminismo, temas que andam juntos quando se trabalha com a relação das mulheres com a natureza, e os conhecimentos aprendidos pelas agricultoras para manter o equilíbrio da natureza em que estão inseridas.

3.3.3 Renda externa

As atribuições de gênero e os modelos de masculinidade e feminilidade construídos socialmente e fortemente no meio rural designam o homem como o provedor econômico, e as mulheres a sobrevivência familiar (SILIPRANDI, 2011). O mesmo é afirmado por Galdino et

al. (2017), quando aborda que o modo de produção familiar ainda é um meio com muitas desigualdades de gênero, onde o homem-marido é visto como o principal, o chefe da família. E que, devido ao trabalho transferido como responsabilidade da mulher, infligiu-lhes a necessidade de alternativas para a complementação da renda para suas casas (GALDINO et al., 2017). Como também, no “meio rural a divisão sexual do trabalho, orientou as mulheres às atividades voltadas para o autoconsumo, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento, o que contribuiu para aumentar a invisibilidade das tarefas que elas executam” (SOUZA, STADUTO, KRETER, 2016, p. 122). Ainda, segundo as autoras, quando mulheres trabalham “fora do ambiente doméstico com remuneração, a renda lhe confere visibilidade dentro do lar” (SOUZA, STADUTO, KRETER, 2016, p. 122).

Além disso, nas últimas décadas houve mudanças acerca do desenvolvimento rural, como “estudos referentes às novas ruralidades e a abordagem da multifuncionalidade e pluriatividade do rural [...] que emergiram a partir do reconhecimento das novas dinâmicas existentes nesse meio no que tange a população” (BOSCARDIN, SPANEVELLO, 2019, p. 36). Ainda, de acordo com as autoras, “além dos agricultores pluriativos, que combinam atividades agrícolas com não agrícolas, identificam-se os “novos atores sociais” [...] caso dos aposentados, e outras categorias” (ANJOS, CALDAS, 2009 apud BOSCARDIN, SPANEVELLO, 2019, p. 36).

Adentramos, assim, na inserção das políticas públicas como importantes para que o processo de visibilidade e valorização das mulheres aconteça. “No Brasil, dentre as diversas modalidades de políticas públicas, a Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social) é a mais abrangente e consolidou-se como grandiosa rede de proteção social” (NOTA TÉCNICA, 2019, p. 2), pois ela “proporciona a todos os indivíduos – inclusive aos que estão fora do mercado formal de trabalho e aos mais vulneráveis – condições mínimas de atendimento a necessidades essenciais à vida humana. A previdência rural brasileira é um grande exemplo disso” (NOTA TÉCNICA, 2019, p. 3).

“As formas pelas quais, historicamente, foram se criando adicionais de proteção à mulher em termos previdenciários (menor tempo de trabalho e contribuição, menor idade para concessão de benefícios)”, segundo Camarano (2003, p.44), “não devem ser vistas apenas como compensação pela dupla jornada, mas também pela precariedade das condições de trabalho femininas relativas à masculina”.

3.3.5 Recursos produtivos

As “relações de produção baseadas no parentesco podem [...] induzir a agricultura familiar a utilizar os recursos naturais de forma mais coerente com a dinâmica dos ecossistemas espontâneos” (NETO, 2016, p. 87). Para isso, é importante, também, a “diversidade das atividades que compõem os sistemas de produção familiares”, pois permite que os “agricultores trabalhem em escalas menores, explorando as diferentes condições ecológicas e recursos disponíveis em suas unidades de produção” (NETO, 2016, p. 87). Nesse sentido, é possível identificar o quanto a diversificação da produção é necessária, para a redução da dependência das agricultoras dos recursos externos à propriedade. Conforme afirma Neto (2016, p. 87):

A diversificação é, portanto, fundamental para que os agricultores possam diminuir sua dependência do uso de insumos adquiridos fora da unidade de produção. É importante observar, porém, que a expressão da tendência à diversificação dos sistemas de produção pelas agricultoras familiares depende da manutenção de relações sociais com agentes externos que permitam a manutenção de um alto grau de autonomia dessas agricultoras em seus processos decisórios.

Além disso, a assimilação dos recursos externos pela produção e o que retorna desses recursos à natureza (CAVALCANTI, 2010) está diretamente relacionado com a dimensão econômica das pequenas agricultoras familiares, pois, através da “análise econômica, podem ser definidas intervenções técnicas que [...] recombina as atividades existentes, privilegiando as que possuem maior potencial de geração de renda com menores efeitos prejudiciais ao ambiente” (NETO, 2016, p. 100). E “respeitem a disponibilidade de recursos e condições para sustentabilidade da unidade de produção” (NETO, 2016, p. 100).

Desse modo, a AF “é um pilar importante no desenvolvimento produtivo e na melhoria das condições de vida das pessoas que vivem em meio rural” (CORREIA, GUINÉ, 2020, p. 63). Neste sentido, “devido a sua importância e representatividade na alimentação”, torna-se “importante o acesso das(os) agricultoras(es) aos diversos recursos necessários (terra, energia, água, infraestruturas e serviços) para melhorar a produção, a gestão e a sua organização” (CORREIA, GUINÉ, 2020, p. 63). Além disso, Altieri (2000, p. 103-104) relata a importância de cultivos e técnicas adequadas às necessidades de cada agroecossistema:

Os sistemas de cultivo e as técnicas especialmente adequadas às necessidades dos agroecossistemas específicos resultam em uma agricultura mais refinada, baseada em um mosaico de variedades genéticas tradicionais e aperfeiçoadas, insumos locais

e técnicas, sendo cada composição ajustada a um determinado nicho ecológico, social e econômico. A ideia é otimizar o uso de recursos disponíveis no próprio local combinando os diferentes componentes do sistema agrícola, isto é, plantas, animais, solo, água, clima e população, de modo que estes complementem uns aos outros e que tenham o maior sinergismo possível.

Assim, “se a sustentabilidade é compreendida como a capacidade do sistema de manter sua produtividade quando submetido a estresses e perturbações, então, [...] os sistemas que danificam a estrutura do solo ou exaurem seus nutrientes, matéria orgânica ou biota, são insustentáveis” (ALTIERI, 2000, p. 77), pois “práticas produtivas que degradam a produtividade do solo resultariam em rendimentos reduzidos, e seriam *depreciativas*. Inversamente, as práticas que aumentassem a produtividade do solo seriam *apreciativas*” (ALTIERI, 2000, p. 77).

3.4 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

3.4.1 O descomedimento do trabalho na agricultura familiar

Durante muitos anos as mulheres que trabalhavam no meio rural não tinham direitos à posse das terras, assim como não tinham o pertencimento da sua força de trabalho (PAULILO, 2016). Com a Constituição de 1988, as mulheres do meio rural passaram a ter direito à aposentadoria pelo seu trabalho (PAULILO, 2016). Além disso, uma das principais conquistas para as mulheres que vivem e trabalham no meio rural se deu através dos “movimentos de mulheres agricultoras que, junto com outros movimentos sociais ligados ao campo, lutaram para que as pessoas envolvidas na produção agrícola familiar fossem consideradas ‘produtoras rurais’” (PAULILO, 2016, p. 249).

A invisibilidade do trabalho da mulher como fonte de renda para a família torna-se cada vez mais explícito, ao abordar o trabalho das mulheres como ajuda quando se trata principalmente do meio rural, tornando-as cuidadoras do lar e das(os) filhas(os) (SILIPRANDI, 2011; QUARESMA, 2015; PAULILO, 2016). Além disso, é importante lembrar que há “limitações impostas as mulheres não somente pela sociedade patriarcal”, mas também “no âmbito familiar”, desconsiderando a importância do nosso trabalho, “institucionalizada pelo Estado” (BUTTO et al., 2014, p. 10). Para “as mulheres, as atividades remuneradas somadas à inexistência de uma contrapartida na redução do trabalho não-remunerado promovem apenas uma adição ao seu tempo total de trabalho” (SANTOS,

BOHN, ALMEIDA, 2020, p. 3). E o “trabalho a domicílio destinado a produção de alimentos ou de roupas, por exemplo, esconde-se nas atividades domésticas, sendo omitido” das estatísticas (BRUSCHINI, 2006, p. 333). Além disso, há o não reconhecimento de que o trabalho doméstico permite “a reprodução da força de trabalho familiar, principal característica da agricultura familiar camponesa” (QUARESMA, 2015, p. 36).

Apesar da desvalorização da força de trabalho da mulher, são as mulheres rurais que produzem mais da metade dos alimentos fornecidos à população (BOJANIC, 2017). Desta forma, as mulheres rurais têm importante papel na preservação da biodiversidade e, assim, na garantia da soberania alimentar (BOJANIC, 2017), pois são elas que “se envolvem com a agroecologia, produzindo alimentos saudáveis e diversificados, sem utilizar agrotóxicos, conservando sementes, cultivando plantas medicinais, contribuindo para o fortalecimento da biodiversidade” (SOF, 2016, p. 4).

Neste sentido, torna-se importante a valorização do trabalho necessário para a produção de alimentos, pois de acordo com a FAO (2020):

[...] a agricultura não é apenas trabalho, é arte. É preciso muito esforço para produzir nossa comida ... É preciso sementes e terra, água e trabalho, proteção e paciência. Você sabia que leva cerca de 50 litros de água para produzir uma laranja? Os alimentos que escolhemos afetam a saúde de nosso planeta e o futuro dos alimentos. Quando você come, está consumindo recursos naturais e o trabalho árduo dos fazendeiros, das abelhas, daqueles que coletaram a comida e de todas as outras pessoas envolvidas em colocar a comida em seu prato.

Em acréscimo, muitas mulheres trabalham em “regime de tripla jornada, cuidando da casa e da família, produzindo no quintal ou na roça, muitas vezes vendendo sua força de trabalho como assalariadas” (QUARESMA, 2015, p. 35) para complementar a renda familiar. De acordo com Herrera, o regime de trabalho (reprodutivo e produtivo, este último muitas vezes não valorizado ou visto como ajuda) no qual as mulheres estão envolvidas ocorre devido a uma moral construída desde a infância, na diferenciação entre meninos e meninas e que envolve desde sempre uma “responsabilidade moral inerentemente feminina” (GILLIGAN, 1982 apud HERRERA, 2019, p. 62). Sobre o mesmo tema, Herrera aborda a teoria construída por Tronto, que ao problematizar o “caráter conflituoso das relações de cuidado, afirma que, frequentemente, as responsabilidades não são claramente estabelecidas e podem sobrecarregar um indivíduo, geralmente uma mulher, que realiza as tarefas, não por uma moral inata, e sim por atribuições que lhes foram confiadas ao longo da história” (TRONTO, 2007 apud HERRERA, 2019, p. 63). Além disso, a atribuição específica das mulheres ao trabalho de cuidados resultou na circunscrição das mesmas em um determinado

espaço ou comportamento, geralmente destituído de poder político” (TRONTO, 2007 apud HERRERA, 2019, p. 63).

3.4.2 Soberania alimentar: o colorido do prato, da infância à atualidade

No “capitalismo tem sido comum a utilização do alimento como uma ferramenta de controle pelas grandes potências” (COCA, 2016, p. 17), fator esse que acontece na dimensão “econômica da realidade, contudo, também é possível perceber as repercussões de tal fato nas dimensões política, cultural e na ambiental, por exemplo” (COCA, 2016, p. 17). Com isso, faz-se necessária a propagação e o fortalecimento da soberania alimentar.

De acordo com o CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004, p. 4), soberania alimentar é o direito que cada país tem para “definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos”, que irá garantir o “direito à alimentação para toda a população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos”. Além disso, deve-se levar em consideração, quando abordada a dimensão internacional, a incorporação das questões da soberania à noção de segurança alimentar (CONSEA, 2004, p. 18). Estas introduzem os seguintes elementos:

- Valorizar as dimensões social, ambiental e cultural da produção própria de alimentos;
- Ampliar o acesso da população a alimentos de qualidade, de modo coordenado com o apoio às formas equitativas e sustentáveis de produção agroalimentar;
- Estimular a diversidade de hábitos alimentares, paralelamente à promoção de práticas alimentares saudáveis.

Assim como para o Ministério da Saúde (BRASIL, 2013, p.24), que aborda a soberania alimentar como direito de decisão dos povos, e que as pessoas que produzem, distribuem e consomem estes alimentos devem ser assistidas pelas políticas alimentares:

direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e de produzir alimentos saudáveis, culturalmente adequados, acessíveis, de forma sustentável e ecológica, colocando aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências de mercado.

Para possibilitar o fortalecimento da soberania alimentar, “*es necesario no desvirtuar el concepto e identificar las implicaciones económicas, políticas y tecnológicas que conlleva*” (OURILLE, 2007, p. 5). Ainda de acordo com Ourille (2007, p. 5):

Es imprescindible entender [...], que la batalla por la soberanía alimentaria no puede quedar reducida a una nueva moda em los proyectos de cooperación. El marco de acción va desde el trabajo en torno al acceso a los recursos naturales - agua, tierra y semillas - a la incidencia en las políticas agrarias pasando por modelos de producción agroecológicos.

Deste modo, torna-se necessário reconhecer as/os protagonistas da soberania alimentar e qual a dimensão de mudança que exigem (OURILLE, 2007), pois “*la soberanía alimentaria reformula la manera de comprender las relaciones entre el campo y la ciudad, la actividad productiva, el papel del campesinado, el modelo de agricultura y el consumo de alimentos*” (OURILLE, 2007, p. 5).

3.4.3 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na Agricultura Familiar

O “rural é um espaço complexo quando compreende fenômenos vinculados a desterritorialização da vida social” (SILVEIRA, 2019, p. 23). Devido a mudanças das últimas três décadas no meio rural, as agricultoras precisaram adaptar-se a novas formas de produzir e comercializar alimentos, bem como às relações sociais, modificadas pela inserção/adesão de inovações tecnológicas (VIERO, SILVEIRA, 2011). “As novas tecnologias permitiram a integração de vários modos de comunicação em uma rede interativa. Aspectos como alcance global, integração e interatividade são características fundamentais das novas” TICs (VIERO, SILVEIRA, 2011, p. 260).

Consequentemente, os “meios de comunicação têm desencadeado novas dimensões de socialização, em que as TICs produzem novas formas de interação. [...] uma nova transformação no meio rural surge com a disponibilização” das TICs “principalmente com a proliferação do sinal de telefonia e internet para o campo” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 52). “As TICs podem ser tomadas por seu aspecto de veículo, vínculo e cognição, todos muito importantes para o desenvolvimento rural, ainda que desconsiderados pelas políticas públicas concentradas em geral nos aspectos modernizantes” (SILVEIRA, 2019, p. 24). Em consonância com isso, Viero e Silveira (2011, p. 260-261 apud SILVEIRA, 2003) destacam algumas possibilidades que as TICs facilitam para o meio rural:

a ampliação de horizontes e incorporação de expectativas; a constituição de grupos de comercialização; novas políticas públicas; estimativas de safras e desempenhos nas bolsas de valores e commodities; serviços bancários; cooperativas de crédito e de produção; educação a distância e assistência técnica. Abolir distâncias espaciais e

oportunizar acesso universal às TICs são promessas dessa nova configuração da sociedade. Para isso, todavia, é necessário superar questões relativas aos custos de infraestrutura, à qualificação da população, em termos de alfabetização digital, e sua familiarização com a internet.

O avanço e a expansão da internet no meio rural corroboram para a inserção dos agricultores em um novo mecanismo de comunicação e auxilia na ampliação do seu público consumidor, pois possibilita o fortalecimento da comercialização direta (CONCEIÇÃO, 2016). Além disso, facilita e fortalece a relação produtor/consumidor, pois com o contato sem intermediação possibilita melhores preços e, deste modo, maior oportunidade de comercialização de alimentos diversificados. Portanto, de acordo com Silveira (2019, p. 24-25):

As mulheres concentram habilidades que podem ser decisivas para confrontar a redefinição que tanto as técnicas produtivas como as novas ruralidades estão requerendo a partir de novas relações de trabalho e de sociabilidade no meio rural. E é desta forma que o uso das TICs coincide ora com o enquadramento tradicional da mulher de mediadora das atividades produtivas, ora a recolocando estrategicamente no epicentro do processo de tomada de decisão no nível da agricultura familiar. Tanto por ser responsável por manter o vínculo familiar, como por ser articuladora do laço social que vincula sua família à atividade produtiva, mulheres e TICs podem ser identificadas como responsáveis por um novo momento nas relações de gênero na agricultura familiar.

3.4.4 Escolaridade

“O lento processo de mudança dos padrões culturais de gênero amenizou as tradicionais barreiras à entrada das mulheres no mercado de trabalho, reduziu a taxa de fecundidade e elevou continuamente os níveis de escolaridade das mulheres nas últimas três décadas” (IBGE, 2018, p. 5). Apesar disso, os índices de escolaridade são baixos no meio rural, concentrando-se em maior proporção no ensino fundamental, conforme descrito no decorrer do texto.

De acordo com dados do IBGE (2018), em 2016, no Brasil, 23,5% das mulheres brancas e 10,4% das mulheres negras acima de 25 anos possuíam ensino superior completo. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017, menos de 10% das mulheres do meio rural possuíam ensino superior (IBGE, 2020). Além disso, ao observar dados da Pesquisa Nacional de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, em 2018, 47,4% das pessoas com 25 anos ou mais “concluíram ao menos a etapa do ensino básico obrigatório” (IBGE, 2020, p. 1). Segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), menos de 20% das mulheres do meio

rural nunca frequentaram a escola (porcentagem maior que a dos homens). Ao observar dados sobre o ensino fundamental, pouco mais de 60% da população feminina do meio rural possui este grau de instrução (menor porcentagem quando comparado com os homens), no ensino médio estas estão abaixo de 20%, e no ensino superior essa porcentagem fica abaixo de 10%, tanto para as mulheres como para os homens do meio rural.

A “educação se torna indispensável tanto para o desenvolvimento sustentável” como para proporcionar o empoderamento das mulheres do meio rural, pois é “preponderante para construir um desenvolvimento sólido, eficaz e equitativo” (DOS SANTOS et al., 2019, p. 20). Além disso, “a educação permite a entrada individual e coletiva de novos membros em uma sociedade. Nesse sentido, faz parte dos processos de reprodução social” (ZAIDMAN, 2009, p. 80).

4 DIMENSÕES AGROECOLÓGICAS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS E A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE

4.1 DIMENSÃO TÉCNICO-PRODUTIVA E O PROCESSO DE DECISÃO

Ao abordar a dimensão técnico-produtiva, englobamos o processo de tomada de decisão por entender que estes se complementam e é a partir deste processo que as mulheres adentram a produção de alimentos baseada na sustentabilidade, assim como na comercialização direta destes alimentos. Desta forma este, item se organiza da seguinte forma: 4.1.1) Conhecimentos populares das agricultoras e sua influência no processo de tomada de decisão; 4.1.2) Caminho percorrido para a produção sustentável; 4.1.3) Assistência Técnica.

Ao adentrar estes temas, pretende-se entender também a relação destas mulheres com a natureza e, desta forma, a preocupação e/ou a necessidade em produzir alimentos sem que esta produção cause danos irreversíveis à natureza.

4.1.1 Conhecimentos populares das agricultoras e sua influência no processo de tomada de decisão

Neste item, abordamos o processo de tomada de decisão pelas agricultoras, quanto ao que plantar e quando plantar, ao utilizarem conhecimentos populares acerca da produção. Ainda sobre o processo de decisão, discute-se como elas escolhem o que será levado para a comercialização no Feirão Colonial, bem como a quantidade. Além disso, quando não há produção suficiente de alimentos *in natura*, como adequam-se para incrementar a banca.

Ao questionar as agricultoras sobre como é decidido o que vai ser plantado, todas afirmaram que plantam de acordo com a época do ano e, além da época, também cuidam as fases da lua. Uma delas relata a utilização de conhecimentos obtidos a partir do calendário lunar, calendário biodinâmico e calendário camponês para a identificação do dia certo e lua correta em que devem ser plantados os diferentes tipos de alimentos. Estes conhecimentos populares, além de serem usados na produção dos alimentos, também são utilizados para melhorar o ciclo de vida da planta e obter melhor aproveitamento.

Mesmo que tenha sido apontado o uso do calendário lunar, foi constatado que algumas vezes precisam correr ‘riscos’ no que concerne à época de plantio, pois necessitam ter produção de alimentos em diferentes épocas do ano, em diferentes luas. E conforme relatado

por elas, as condições climáticas vão influenciar na obtenção da variedade de alimentos (principalmente a chuva), assim a falta de tempo faz com que as agricultoras ‘arrisquem’ a época de plantio, mesmo com a possibilidade de não obter resultados positivos. Em algumas situações, afirmam que obtêm sucesso nestas decisões, mas, quando não satisfatório o resultado, precisam ter alternativas.

Este fato foi observado empiricamente nos meses de janeiro e fevereiro (devido a temperaturas muito elevadas e poucas chuvas) e durante o mês de maio (devido à influência do El Niño¹, o período estava muito chuvoso); nas bancas das produtoras, havia uma menor variedade de alimentos *in natura* (verduras, legumes, frutas, etc.) e uma maior inclusão de alimentos manipulados, como pães, cucas, bolachas, dentre outros, como forma de obtenção de renda.

Para reduzir os riscos, as agricultoras se valeram de informações antigas para solucionar a pouca produção de alimentos. Pode-se observar que as ações das agricultoras estão de acordo com os passos descritos por Moraes (2004), pois mesmo que não tinham um planejamento prévio sobre o que realizar em caso de resultados negativos, as agricultoras, a partir de suas experiências cotidianas, conseguiram incrementar com alimentos que produzem, além de alguns alimentos manipulados, garantindo assim a comercialização. E isso possibilita a participação na feira mesmo em períodos de baixa produção, com poucos alimentos *in natura*, e, segundo elas, ainda é possível obter a renda necessária.

Destarte, percebe-se que ao tomar a decisão (mesmo que não previamente) os próximos passos (MORITZ, PEREIRA, 2008) possibilitam minimizar perdas, sejam econômicas sejam diretamente relacionadas à produção, pois de acordo com Moraes (2004, p. 177) as agricultoras “... associaram velhas e novas informações para tomar decisões. Além disso, a intuição também auxilia, pois, representa uma rápida compreensão de uma experiência passada, e tem importante papel na tomada de decisão”.

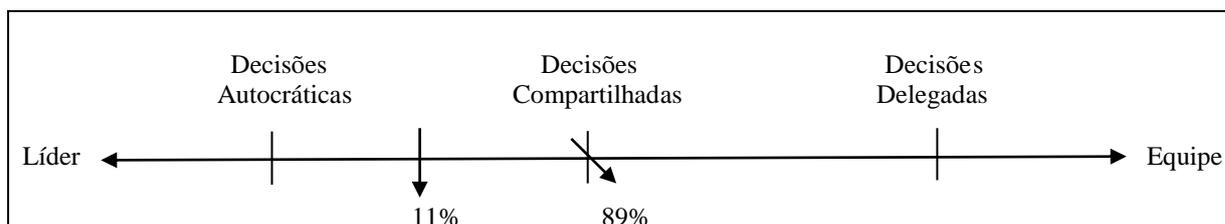
Observou-se que todas as mulheres já haviam participado de espaços de comercialização direta, o que possibilita um prévio conhecimento sobre a dinâmica. Procurando analisar a realidade empírica de acordo com a teoria, no Quadro 3 é feito um esforço de enquadramento da tomada das decisões, “que diz respeito ao grau de participação da equipe no processo decisório” e, desta forma, “há três possibilidades nessa participação”:

¹ El Niño é um fenômeno atmosférico-oceânico caracterizado por um aquecimento anormal das águas superficiais no oceano Pacífico Tropical, e que pode afetar o clima regional e global, mudando os padrões de vento a nível mundial, e afetando assim, os regimes de chuva em regiões tropicais e de latitudes médias (INPE, CPTEC, 2016). Para saber mais, ver: <http://enos.cptec.inpe.br/>

decisões autocráticas, decisões compartilhadas e decisões delegadas (MAXIMIANO, 2008, p. 103).

Visualiza-se, no Quadro 3, que oito das agricultoras tomam as decisões compartilhadas quanto ao que plantar, as quais são compartilhadas com o cônjuge ou ainda com algum outro familiar que participa da produção dos alimentos *in natura*, tanto para a alimentação de subsistência, quanto aos alimentos que são comercializados. Como afirmado, não há uma hierarquia, sendo que desde o início é decidido coletivamente o que plantar e o que levar à feira. Relatam ainda que não há uma competição entre as famílias que participam do mesmo grupo na feira. Ademais, foi afirmado recorrentemente que o que será plantado varia conforme a estação do ano, dependendo da disponibilidade de água, se houve seca, se há irrigação na horta, se há sombrite, etc. De acordo com as agricultoras, existe consenso sobre a necessidade de primeiro atender as demandas de subsistência, com produtos como cebola, alho, etc., sendo que o excedente é levado para a feira.

Quadro 3: Formas de decisões tomadas pelas agricultoras



Fonte: Com base em Maximiano (2008, p. 103).

Quanto à tomada de decisão localizada entre a autocrática e a delegada (MAXIMIANO, 2008), está relacionada ao fato dos demais componentes do núcleo familiar trabalharem fora do estabelecimento, o que faz com que exista essa preponderância da agricultora pelo fato de estar mais cotidianamente relacionada ao processo produtivo enquanto os demais mormente finais de semana. Além disso, obteve-se mais uma vez que as escolhas são limitadas ou intimamente relacionadas às condições climáticas. Conforme relatado, o que decide é o clima, que tem que estar de acordo, para conseguir ter mais variedade; ultimamente o clima não colaborou, está faltando muita verdura, está faltando muita coisa. Mas é mais ou menos isso, porque não tem muita decisão. Levar para feira o que tem e deu né.

Ao questioná-las sobre como decidem o que levar à feira e a quantidade, todas relatam que depende da época e das condições climáticas. O que é possível produzir de acordo com a época é o que será levado para a feira. E quando há escassez de alimentos *in natura*, foi possível observar que incrementam com a produção de pães, bolos,ucas, bolachas,

sabonetes, pomadas, conservas, chás, tinturas de plantas medicinais, etc., assim as decisões são tomadas de maneira autocrática. Quando há excesso de produtos (maior que a demanda usual da feira, dentro de um grupo que participa da feira), foi relatado que existe diálogo e uma divisão, sendo comercializado um pouco de cada uma, não sendo relatados conflitos nesse sentido. Além da venda na feira, algumas agricultoras afirmam que precisam dividir a produção para o que será comercializado via CSA e, só aí, o excedente vai para a feira. Cabe salientar que se obteve relato de que na feira o consumidor prioriza o volume e o preço, em detrimento da qualidade. Isso faz com que os produtos selecionados sejam destinados preferencialmente a CSA, depois à feira.

Foi relatado que o recurso obtido por meio da feira (especialmente no caso de produtos processados farináceos) é, por vezes, o responsável pelo incremento da renda, já que ocorrem situações em que as agricultoras só podem contar com o dinheiro que vem da feira, não possuindo outra renda. Assim, cada agricultora produz seu produto, sendo único e diferenciado. Embora tenha sido afirmado que não há uma divisão prévia de quem produz qual farináceo, não há conflito. Com relação a estes farináceos, chama a atenção para o fato de que existe demanda de pão integral. Todavia, produtos considerados ‘comuns’ ou muito diferenciados (como os recheados, com amendoim, etc.) não têm muita ‘saída’.

Os conhecimentos populares adquiridos pelas(os) agricultoras(es) (GUZMÁN, 2001) se manifestam de forma natural, sem relações de controle impostas. Ao trabalhar em consonância com a natureza, estas agricultoras e suas famílias estariam promovendo a equidade de gênero, além do cuidado e respeito à natureza, pois se inserem nesse espaço de acordo com suas limitações e seguindo a produção de forma conjunta, não impondo a produção de alimentos que não são produzidos naquela época. Além de consumirem e comercializarem os alimentos com as necessidades nutricionais de que precisamos também de acordo com a época, conforme os ciclos da natureza.

4.1.2 Caminho percorrido para a produção sustentável

Ao adentrar as mudanças acerca do processo produtivo, pode-se identificar que 89% das agricultoras trabalharam, em algum momento da vida, com o modo de produção conhecido como convencional, muitas inseridas na produção de fumo, e/ou soja, e/ou arroz, e/ou milho. Identificou-se que destas apenas 22,2% ainda produzem fumo, porém em locais distantes da produção dos alimentos *in natura* comercializados na(s) feira(s) e para

subsistência. Segundo elas, somente com a renda da feira a família não consegue se sustentar; pode-se também identificar que estas mulheres não possuem uma renda fixa além da feira.

Uma das agricultoras demonstrou preocupação com a questão da deriva de veneno advindo dos vizinhos. Também se obteve relato de que há casos em que os vizinhos inicialmente criticavam o uso de determinado manejo na produção (como o uso de esterco de aviário), mas que, com o tempo, e, ao ver o sucesso da prática, houve um efeito pedagógico. Interessante observar que as agricultoras relatam sentir ‘alegria’ quando percebem que o solo está em processo de recuperação e produzem alimentos saudáveis para elas e outras pessoas.

Apenas em um caso a agricultora relatou que não trabalhava no meio rural antes e que desde que passou a morar e trabalhar como agricultora sempre produziu no sistema orgânico, que já era desenvolvido pela família do cônjuge. As demais agricultoras relataram que produziam no sistema convencional, mesmo que, segundo elas, a utilização de agrotóxicos e adubos químicos era a menor possível.

Entre os sistemas verificados, obteve-se por ordem de representatividade: sistema agroecológico (33%); produção orgânica (22%); sistema convencional devido à produção de fumo e sistema agroecológico na produção de alimentos *in natura* para consumo e comercialização (22%); sistema biodinâmico (11%); transição para uma produção mais saudável e sustentável de alimentos para subsistência e comercialização (11%).

Houve casos em que, apesar de já produzir sem uso de produtos químicos há algum tempo, não se veem em nenhuma das designações quanto ao tipo/modo de produção, pois sempre produziram desta forma para o consumo da família e ampliaram a produção para comercializar. Além disso, foi evidenciado o sucesso das técnicas para controle de insetos com produtos alternativos. Todas as agricultoras relataram que, mesmo antes de iniciar a comercialização de alimentos *in natura* de forma sustentável, a produção de alimentos para subsistência era feita da mesma forma, porém em menor proporção.

Quanto à transição, relatam que, mesmo que existam melhorias e incremento de renda, ainda existem barreiras a serem superadas, como a questão de falta de maquinário especializado, uso de técnicas que revolvem o solo, compra de mudas externas (convencionais), etc. A partir disso, é possível perceber que o esforço feito pelas mulheres e as pessoas da família envolvidas na produção de alimentos, sem a utilização de produtos químicos de qualquer natureza, é muito grande. E todas as agricultoras optaram, junto com os demais familiares, por produzir alimentos em sistemas baseados na sustentabilidade.

Percebe-se, também, que a mudança no modo de produzir ocorreu devido à preocupação com a saúde e o desenvolvimento do conhecimento sobre sementes, que

possibilitou às mulheres rurais a “construção do conhecimento agroecológico”, ecológico e orgânico (LOVATTO, 2018, p. 123), e a partir dele a construção de um outro modelo de produção pautada na sustentabilidade (SILIPRANDI, 2007). E, desta forma, a “busca da equidade, da solidariedade, da inclusão social, etc. – entre as quais também se colocam ainda que de forma pouco explícita, as mudanças nas relações de gênero” (SILIPRANDI, 2007, p. 845). Além disso, “quando as famílias mudam para modelos de produção mais ecológicos, são frequentemente as mulheres que induzem essas mudanças, por conta de suas preocupações com a saúde da família e com o esgotamento dos recursos naturais com os quais elas lidam diretamente (água potável, lenha, etc.)” (SILIPRANDI, 2007, p. 847), como pode-se identificar na fala das agricultoras.

A produção sustentável de alimentos pelas mulheres auxiliou na promoção de uma melhor condição de vida (conforme a fala das agricultoras). A produção ecológica também pode continuar na ascensão da represália exercida sobre algumas agricultoras, pois os “princípios subjacentes ao ecofeminismo, algumas vezes, ao invés de promover a “liberação” das mulheres, não, as mantém presas a um sistema também rígido de divisão sexual do trabalho e de construção de gênero, em que as atividades a que elas se dedicam e a sua forma de ser são consideradas basicamente complementares aos homens – não autônomas?” (SILIPRANDI, 2007, p. 847). Fato este não observado nas agricultoras que participaram deste estudo e que talvez aconteça com outras.

4.1.3 Extensão rural – Assistência Técnica

Buscou-se identificar, em um primeiro momento, se as agricultoras recebiam ou não assistência técnica e de qual iniciativa, ou seja, pública ou privada. Obteve-se que 22% são desassistidas de assistência técnica recentemente; 44% recebem assistência técnica da Emater/RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural); destas, metade também recebe assistência técnica pelo projeto de ATER (Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural), 22% recebem assistência técnica de empresa privada; 11% conta com apoio técnico de um membro da família. Além disso, todas as agricultoras relataram que muitas das práticas realizadas por elas na produção se devem a conhecimentos próprios.

Cabe ressaltar que, quando questionadas sobre a variável assistência técnica, foi evidenciada a importância do conhecimento popular que as agricultoras adquiriram ao longo da vida, por meio da experiência, sendo ponderado que, por vezes, prepondera essa forma de

conhecimento na forma de atuação. Todavia, isso não representa que existam problemas de ordem relacional com os técnicos, ao contrário.

Compreende-se, assim, que a extensão rural (e assistência técnica) precisa ser mais “discutida a partir da observação, do diálogo e da compreensão do que é a agricultura familiar [...], acredita-se ser necessário aprender com a própria agricultura familiar, compreender suas dinâmicas, processos de diálogos, trocas e complementariedades” (BARBOSA, 2009, p. 37-38).

Assim será possível que técnicas(os) e agricultoras(es) construam formas de desenvolverem juntas(os) condições tanto de aprendizado como de experiências entre elas(es) e aprimorar as técnicas já conhecidas e praticadas pelas agricultoras. Isso possibilita a construção de tecnologias e caminhos sustentáveis que favoreçam o trabalho das agricultoras e de seus familiares na produção de alimentos. A Emater foi apresentada como uma grande parceira no processo de transição, sendo considerada fundamental especialmente por ‘representar a voz’ no que diz respeito aos anseios para a conversão agroecológica, com espaços de formação técnica, resgate de sementes e em associativismo.

Entretanto, segundo algumas agricultoras, nem todos os extensionistas que visitaram as propriedades estavam dispostos a compreender e dialogar, pois ainda existe uma barreira quanto à assistência técnica prestada a agricultoras(es) familiares devido aos caminhos que se precisa percorrer para a produção de alimentos, porque alguns extensionistas ainda estão ligados ao sistema de difusão de técnicas e tecnologias. Isso pode impossibilitar às agricultoras alternativas o recurso econômico e até mesmo a força de trabalho, visto que no “discurso a extensão rural seria dirigida para a agricultura como um todo, mas a proposta de desenvolvimento foi direcionada para os produtores médios e grandes, enquanto a agricultura familiar se mantinha marginalizada” (BARBOSA, 2009, p. 41). Ainda, segundo o autor, “a proposta de extensão rural desconsiderava qualquer outra forma de conhecimento que não a produzida nas universidades e centros de pesquisa, criando um abismo entre o técnico e o tradicional. [...] o saber dos agricultores era tido como atrasado e deveria ser combatido” (BARBOSA, 2009, p. 41).

As agricultoras que recebem assistência técnica da iniciativa privada o fazem porque ambas realizam compras dos insumos em seus municípios, especialmente para análise de solo e correção.

4.2 DIMENSÃO ECONÔMICA

A dimensão econômica deve ser vista como o desenvolvimento da economia com a finalidade de gerar melhoria na qualidade de vida das pessoas (GARCIA, 2016) e na busca por um desenvolvimento socioeconômico equitativo sem degradar a natureza (SACHS, 1993). Desta forma, o uso de recursos naturais pode ser utilizado de modo sustentável e com uma “conexão que existe entre o sistema ecológico e as atividades de produzir e consumir” (CAVALCANTI, 2010, p. 53).

Cabe ressaltar que as mulheres se reinventam ao agregarem diferentes conhecimentos para um fim comum, como a produção e comercialização de alimentos sustentáveis, primeiro serve à subsistência da família e depois à comercialização. Feita essa ressalva, nos subitens a seguir, procura-se entender os elementos que interferem ou relacionam-se com a dimensão econômica. O foco não é analisar a renda por meio de balanços ou cifras e, sim, ponderar aspectos considerados relevantes que possam interferir no processo decisório para ingresso e/ou permanência nas atividades produtivas/comerciais. Desta forma, utiliza-se a seguinte sequência para análise: 4.2.1) Recursos externos e diversidade de alimentos; 4.2.2 Força de trabalho da família; 4.2.3 Renda da família e a comercialização direta.

4.2.1 Recursos externos e diversidade de alimentos

A economia, como a atividade realizada pelas agricultoras, está relacionada ao quanto o sistema desenvolvido por elas “assimila recursos externos que provêm” da natureza “e devolve” a esta o que sobrou do aproveitamento destes recursos depois de absorver a parte útil, ou seja, o quanto o sistema possibilitou a transformação dos recursos utilizados por elas para produzir (CAVALCANTI, 2010, p. 58). Identificou-se que o sistema de produção desenvolvido pelas agricultoras utiliza poucos recursos externos à propriedade, porque todas as agricultoras possuem criação de animal (bovinos, porcas, galinhas) para subsistência da família e produção de alguns derivados, além de fornecer o adubo/esterco de que necessitam, conforme pode ser visualizado na Figura 1. Porém, nem sempre os animais da propriedade produzem adubo/esterco suficiente, o que carece de recursos externos à propriedade. Quando situações assim acontecem, os recursos externos adquiridos, na maioria das falas, é o esterco de aviários e/ou de criação de perus, pois não causam danos em outros ecossistemas quando retirados de seu local.

Figura 1: Produção animal para alimentação de subsistência e produção de esterco



Fonte: registros realizados pela autora.

A partir da fala das agricultoras e observado empiricamente, identificou-se a diversidade de alimentos produzidos em uma mesma área e o controle de insetos a partir de temperos, flores repelentes (como o cravo de defunto amarelo) e plantas medicinais nas hortas das agricultoras, como pode ser visualizado nas Figuras 2 e 3. Além disso, pode-se identificar os esforços para produzir e fornecer à família e clientes uma alimentação saudável (pelo esforço de produzir sem a utilização de produtos químicos) e diversa, produzida muitas vezes por longas cargas diárias de trabalho, principalmente para as mulheres.

Figura 2: Produção diversificada de alimentos



Fonte: registros realizados pela autora.

Em relação à Figura 2, pretende-se demonstrar uma parte da produção de alimentos (mandioca, inhame, abóbora, milho, árvores para alimentação de aves no geral, cana-de-açúcar, ananás, uva, etc., com chás e flores entremeadas para retrain os insetos indesejados), e a existência da diversidade de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs). Entre as PANCs tem-se: orelha de coelho, physális, ora-pro-nóbis, cará da terra, etc. Também se constatou: três variedades de feijões, cebola, temperos, pomadas, sabonetes medicinais,

subprodutos de leite, chás, outros alimentos como farinha de mandioca, de milho, arroz, verduras e legumes diversos, melancia, batata inglesa, etc.

A Figura 3 mostra a diversidade da horta e o pomar de outras agricultoras, incluindo diversas frutíferas produzidas em um espaço pequeno e de forma consorciada (manga, pêsego, figo, banana, cítricas, etc.). Também há produção de milho, folhosas, temperos, batata doce, batata inglesa, cenoura, rabanete, brócolis, tomate, pepino, cenoura, espinafre, mel, favo de mel, vagem, kchimier, pães, peixe, etc.

Figura 3: Produção diversificada de alimentos



Fonte: registros realizados pela autora.

Em um dos estabelecimentos, observou-se empiricamente que grande parte da produção de feijão da agricultora estava praticamente sobreposta pelo “mato”, assim como algumas saladas, temperos, abóboras, milho e algumas frutíferas, consequência de não conseguir mais realizar todas as atividades como fazia quando era mais nova. Além da produção de legumes, verduras e demais alimentos, passou a produzir semanalmente bolachas.

Boa parte dos estabelecimentos visitados, devido ao aproveitamento dos estercos, não necessitam de recursos externos para a adubação. Além dos produtos já citados, foi constatada a produção de ovos, tomate, amendoim, batata inglesa e a produção de arroz. Em um dos casos, a produção do arroz é o “carro chefe” da família, além disso a agricultora relata que eles compram esterco de aviário e que isso mudou tanto a produção quanto a manutenção da terra. Enquanto os vizinhos têm problemas com a erosão das suas terras de arroz, desde que ela e o marido passaram a utilizar o esterco para adubação não tiveram este problema.

Pelo exposto, verifica-se a preponderância de recursos internos para a adubação, em detrimento dos recursos externos (adubação química). Assim, a “transição da agricultura para sistemas de base ecológica poderia contribuir significativamente para um aumento da

estabilidade dos ecossistemas e, ao mesmo tempo, para a redução dos problemas ambientais” (DAL SOGLIO, 2009, p. 32).

Ao mesmo tempo, foi possível identificar que as mulheres produziam uma diversidade de alimentos muito grande, em uma pequena área de produção, o que demonstra que a realidade empírica observada é a mesma relatada por diversas autoras (FEDERICI, 2017; KAUFMANN, 2018; PAULILO, 2016); que a soberania alimentar e a biodiversidade dos sistemas produtivos e naturais são realizadas pelas mulheres e que são estas que detêm o saber e o conhecimento da agroecologia, a partir de suas práticas.

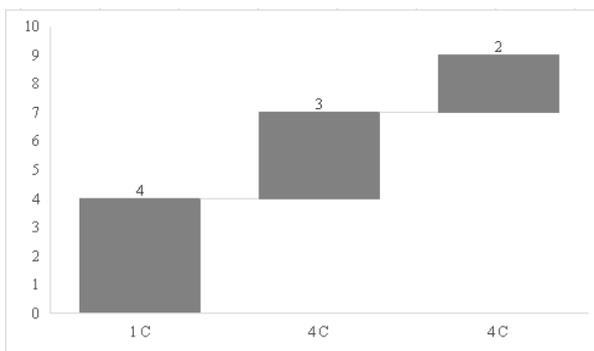
A partir dos passos explanados acima que auxiliam na tomada de decisão, os conhecimentos adquiridos implicam situações conhecidas (como, por exemplo, repassada pelas mulheres mais velhas, esse conhecimento relatado pelo aprendizado com a produção de alimentos perpassados pela avó, que trabalhava na agricultura e nos mantinha por perto, enquanto o avô trabalhava fora) e vividas pelas agricultoras em outros momentos influenciam no desenvolvimento da prática sobre o que, quando e como produzir. De acordo com a época do ano, fases da lua, dentre outros fatores, que poderão influenciar na qualidade da produção final e na quantidade dos alimentos produzidos, tudo na natureza está “interligado de maneira recíproca. Tudo são sistemas, conjuntos, ciclos, embora com características próprias” (PRIMAVESI, 1997, p. 11). “A manutenção do ciclo nutritivo, e, com isso, da fertilidade do solo, baseia-se na inviolável lei do retorno, que reconhece a terra como fonte de fertilidade” (SHIVA, 2001, p. 72).

Deste modo, não há como deixar de abordar o conhecimento e o envolvimento das mulheres com a natureza e o que diz respeito a ela - outrora designadas bruxas, devido aos conhecimentos que obtiveram sobre ervas e chás, e de como usá-las (FEDERICI, 2017). A partir disso, às mulheres não era permitido o conhecimento e o direito de decidir sobre suas ações, não possuíam autonomia, o que pode estar relacionado à visão da agricultura como lugar onde as mulheres ajudam e os homens trabalham e obtêm reconhecimento por isso (PAULILO, 2016).

4.2.2 Força de trabalho da família

Com relação aos moradores, temos quatro estabelecimentos com três moradores, quatro estabelecimentos com dois moradores e somente um estabelecimento com quatro moradores, como pode ser visualizado na Figura 4.

Figura 4. Número de pessoas por núcleo



Fonte: elaborado pela autora.

Cabe ressaltar que o número de moradores não quer dizer força de trabalho, já que parte das famílias mais numerosas contém membros que exercem atividades remuneradas fora dos estabelecimentos durante a semana e também possuem crianças e/ou adolescentes.

Quanto à contratação de mão de obra externa, pode-se identificar que apenas uma família possui periodicidade de trabalho externo. Duas famílias relataram fazer uso do serviço de “mutirão” em épocas de colheita ou quando as plantas estão muito inçadas (com muito mato). Porém, vale destacar que uma parte dos homens trabalham apenas ocasionalmente com os alimentos produzidos na horta, pois geralmente estão envolvidos com a produção de mandioca, milho, dentre outros, que são produzidos na “lavoura” longe de casa, realidade observada em 33% estabelecimentos. Fato este previamente visualizado por Bastos (2006), Paulilo (2016) e Federici (2017) ao relatarem sobre a responsabilidade das mulheres ao cuidado das hortas e quintais perto de casa, assim como a produção de pequenos animais.

4.2.2.1 Sem forças, trabalho e o escasso descanso

Abordamos, neste item, o trabalho interminável das mulheres durante o dia. Além de serem as primeiras a levantarem, são as últimas a irem para a cama. Destaca-se que foi possível observar que as mulheres trabalhavam na horta e próximas a casa e, quando esses trabalhos findam, elas “auxiliam” os maridos em outras atividades produtivas, como trabalhar na roça (produção de alimentos longe de casa). Além disso, são as atividades realizadas pelas mulheres que possibilitam aos homens saírem e realizarem outras atividades fora da unidade produtiva.

Deste modo, identificou-se que todas as mulheres voltavam para dentro de casa mais cedo, para preparar o almoço e realizar as tarefas domésticas, trabalho este realizado em sua maioria somente pelas agricultoras. Tal dado aponta para o quão presente e naturalizada está a divisão sexual do trabalho, onde as mulheres possuem como dever a realização das atividades domésticas além das atividades relacionadas à produção, muitas vezes sem remuneração e valorização.

Além de demandar mais tempo na realização das atividades domésticas, estas são sentidas como penosas. Também, foi possível perceber que todas possuem uma carga de trabalho intensa, tripla, muitas vezes, pois a maioria delas começa a trabalhar a partir das 7 horas da manhã e é a última a ir dormir (relato das agricultoras), além de realizarem diversas atividades ao mesmo tempo no decorrer do dia.

Esta carga de trabalho, principalmente o doméstico, ainda é invisibilizada e pouco valorizada conforme afirmado por diversas autoras, entre elas Paulilo (2017), muitas vezes, mesmo dentro do núcleo familiar, pois é vista como obrigação e dever das atividades da mulher. Porém, necessária à manutenção e ao equilíbrio dos agroecossistemas, na promoção da soberania alimentar e para a melhoria da qualidade de vida tanto da família que usufrui diretamente deste trabalho, quanto dos consumidores pelos alimentos comercializados (CARRASCO, 2003).

É importante destacar que a invisibilidade do trabalho das mulheres possui “caráter ideológico, patriarcal, e econômico”, pois um “grupo dominante (definido por raça, sexo, etnia, etc.) define e impõe seus valores e sua concepção de mundo” e, desta forma, “constrói estruturas sociais, estabelece as relações sociais e de poder, elabora o conhecimento” e assim “tendem a assumir a categoria de universais, o que invisibiliza” os demais grupos sociais, como as mulheres, e valoriza somente as atividades relacionadas aos homens (CARRASCO, 2003, p. 18).

4.2.3 Renda da família e a comercialização direta

Com relação à comercialização dos alimentos, pode-se perceber empiricamente que em 66,6% dos casos os cônjuges participam da comercialização realizada na feira. Quanto à divisão das tarefas durante a comercialização, obteve-se que são as mulheres que organizam a banca e despendem maior tempo no diálogo com as(os) consumidoras(es), explicando diferentes formas de preparo dos alimentos e seus benefícios. Além disso, a partir dos dados

empíricos, observou-se que, algumas vezes, as(os) consumidoras(es) frequentam a banca somente para conversar com as produtoras.

Quanto à importância da participação do Feirão Colonial para composição da renda da família, apenas para 22,2% das agricultoras a feira é a principal renda. 33,3% das agricultoras declararam a renda da feira como secundária ou como ajuda, pois são aposentadas e o marido também, e uma das agricultoras o marido tem aposentadoria. Desta forma, elas visualizam a aposentadoria como principal renda.

Entre as vantagens em realizar a comercialização por meio da feira, foram citados: principal fonte de renda; representa metade de renda; garante o pagamento de despesas do mês; auxilia a complementar a renda da aposentadoria.

Cabe destacar que foi encontrada dificuldade para uma análise pormenorizada pelo fato de as famílias não possuírem uma planilha de controle de custos e receitas, dificultando a mensuração econômica da importância da renda oriunda da comercialização da feira na composição da renda familiar. Entretanto, constata-se que a renda da feira tem uma função importante na composição da renda familiar, pois é a partir dela que as produtoras conseguiram obter uma melhor qualidade de vida, ao usufruir de serviços e produtos como internet e passeios em família, por exemplo.

Além da comercialização direta na feira, uma das agricultoras fornece para um grupo de CSA, composto por 31 famílias de consumidores diretamente; este número pode variar para mais ou para menos de acordo com a disponibilidade de alimentos. Cada família, para fazer parte do grupo de consumidores, tem regras a cumprir. Ao ingressar deve permanecer no grupo pelo período mínimo de seis meses, participar de atividades na propriedade e das reuniões realizadas, muitas vezes pelas necessidades de decisões que envolvem dificuldades financeiras de quem produz, como refinanciamento, adquirir/reformar maquinário, etc., além de comprometer-se com o pagamento da cota adquirida todo mês. Desta forma, a família que produz possui uma estabilidade econômica e preocupa-se somente com a produção dos alimentos. Além desse grupo de CSA, esta família participa de uma feira para produtos orgânicos. 44,4% estão em construção de um grupo de CSA, pois já possuem um grupo de consumidores para os quais fornecem uma cesta de alimentos, porém estas não possuem valores diferenciados e fornecem uma quantidade de alimentos fixa a seus consumidores por um valor fixo. Segundo uma das agricultoras, esse modo de comercialização ainda está em construção.

As demais agricultoras somente comercializam na feira, não possuem grupo de consumidores que fornecem cestas, porém possuem consumidores fixos, que compram

assiduamente, além das encomendas que recebem. Ressalta-se, também, segundo relato das agricultoras, que sempre que possível recebem os consumidores em suas propriedades, tanto para visitas quanto para compra de alimentos direto na propriedade.

Assim, quando analisamos os dados e as observações obtidas com a pesquisa, constatamos que as mulheres são tão ou mais provedoras econômicas da família quanto os homens. De mão desse resultado, é importante explicitar que dentre os fatores econômicos importantes para a sobrevivência da família estão os serviços realizados pelas mulheres dentro de casa e no cuidado com as pessoas que habitam aquele espaço. É a força de trabalho das agricultoras, tida como função da mulher e desvalorizada durante muito tempo, que possibilita ao “homem provedor” a disponibilidade de tempo para a realização de trabalhos fora de casa e até mesmo a promoção de uma renda externa à propriedade. As agricultoras antes e depois de começarem o trabalho fora de casa, seja este na lavoura ou na horta, passam horas realizando o trabalho doméstico (limpeza da casa, com as roupas, preparo da comida, etc.). Além disso, há necessidade de tempo para as agricultoras que preparam farináceos para a comercialização na feira.

4.3 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

4.3.1 TICs

A dimensão sociocultural é abordada neste item, privilegiando as características relativas ao acesso à educação, idade, às TICs e, também, a relação com os consumidores².

Dentro desta dimensão, primeiramente faz-se uma caracterização quanto ao nível de escolaridade, considerando que 44,4% das agricultoras possuem ensino fundamental incompleto, 11,1% com ensino fundamental completo, 11,1% possuem curso técnico, 11,1% com ensino superior incompleto e 22,2% têm pós-graduação. Pode-se visualizar, a partir destes dados, que o público da pesquisa é muito diverso no que concerne à escolaridade. Isso se mostrou relacionado à faixa etária, sendo que as mais velhas apresentaram escolaridade mais baixa. Com relação às formações no ensino superior (graduação e pós), apenas uma estava relacionada à área agrícola.

² Cabe salientar que questões relacionadas ao núcleo familiar e força de trabalho poderiam ser incluídas na dimensão social, mas optou-se por abordá-las no Item 4.2.2.

Ao investigar como ocorre o processo de identificação com a atividade produtiva, procurou-se observar se as agriculturas consumiam os produtos comercializados e, também, se havia ligação destes alimentos com os alimentos que eram consumidos durante suas infâncias (no passado). Quando questionadas se havia algum alimento que levavam à feira que não consumiam, não foi constatada diferença entre os alimentos consumidos e vendidos, exceto por preferências pessoais. Esta questão foi levantada no intuito de identificar se havia alguma diferenciação dos alimentos consumidos para os comercializados. Além disso, foi verificado que o objetivo principal das agricultoras é o autoconsumo e, após, a comercialização.

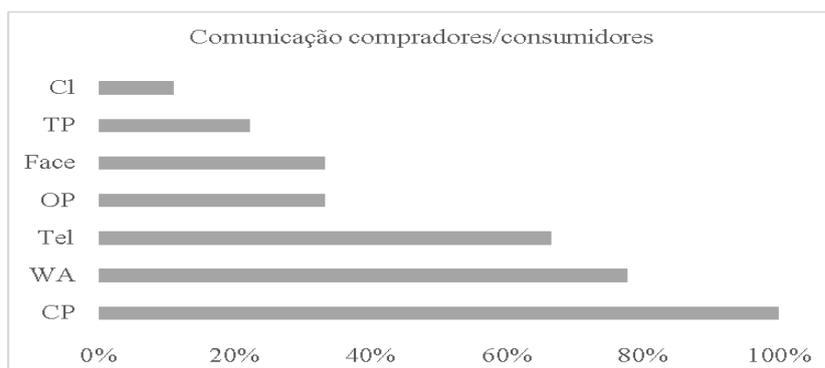
Deste modo, sobre sua alimentação na infância e sobre o que comiam e plantavam, a maior parte alega que sua alimentação na infância não foge muito do que é hoje, arroz, feijão, mandioca, salada verde, frutas da época, ovos e carne. Com relação à carne, as agricultoras mais velhas relataram que, quando muito, uma vez ao dia; para as mais novas, já fazia parte quase diariamente da alimentação. Também foi possível identificar que todas participavam da produção dos alimentos desde a infância.

Ao abordar sobre a troca de alimentos, identificou-se que as trocas aconteciam quando as famílias das agricultoras possuíam vizinhos próximos ou quando recebiam ajuda na capina ou colheita dos alimentos. Segundo as agricultoras, esta troca acontece nos dias atuais, porém por motivos diferentes, pois naquele tempo a troca era uma necessidade, porque não tinha onde guardar, não tinha freezer, então ou se consumia ou estragava, diferente de hoje.

Com relação ao uso e acesso às TICS, quando questionadas sobre como ocorria a comunicação com as compradoras/consumidoras, pode-se visualizar na Figura 5 que: ocorre por contato pessoal (CP) em 100%, 78% via WhatsApp (WA), 67% via telefone (Tel), 33% por intermédio de outras pessoas (OP) e Facebook (Face), 22% via técnico que vai à propriedade (TP) e 11% através de indicação dos clientes (CI).

Apesar da crescente utilização da internet no meio rural, é possível identificar que as agricultoras fortalecem suas relações com suas(seus) consumidoras(es) 100% no contato pessoal, com a comercialização face a face (SCHNEIDER, GAZOLLA, 2017). As relações de confiança ainda são estabelecidas e sustentadas através de diálogos e convivência, que permitem a presença física de quem produz e quem consome.

Figura 5: Como é realizada a comunicação com os compradores/consumidores



Fonte: elaborado pela autora.

Ao abordar as estratégias utilizadas pelas agricultoras para divulgação e promoção das vendas na comercialização direta, constatou-se que esta é realizada a partir da relação direta e presencial com suas clientes/consumidoras. Além desse meio de divulgação, 55,5% das agricultoras utilizam os meios digitais para fazer anúncios. E somente 22,2% utilizam materiais impressos para divulgação dos seus alimentos/produtos a serem comercializados. Atentou-se, após a obtenção destes dados, para fazer uma correlação com a idade das agricultoras, principalmente no que diz respeito à utilização das mídias sociais na divulgação de seus alimentos/produtos, porém não se obteve nenhuma diferença com relação à idade e à utilização destes meios.

Quanto à forma que utilizam para melhorar, modificar ou inovar suas estratégias de comercialização direta, todas se utilizam da opinião e conversas com seus consumidores/clientes. 78% aproveitam o espaço de comercialização e convivência com outras agricultoras e agricultores para trocas de experiências. 33,3% utilizam reportagens e/ou pesquisas de opinião divulgadas na mídia e na internet. 33,3% se valem da assessoria técnica e da extensão rural. 33,3% a partir do serviço de fiscalização e das normas de controle. E 11% tentam descobrir as necessidades de suas consumidoras(es) de outra forma. Quando questionadas sobre os meios de comunicação disponíveis em suas propriedades, todas têm acesso a telefone celular, internet, TV, rádio e outros.

5 CONCLUSÕES

O objetivo principal desta pesquisa foi identificar o que leva as mulheres a comercializarem e produzirem alimentos sustentáveis, verificando como as dimensões técnico-produtiva, econômica e sociocultural interferem nas suas escolhas. Assim, constatou-se que, primeiro, as agricultoras produzem alimentos para a subsistência da família, sendo que o principal aspecto que leva a comercializarem e produzirem alimentos sustentáveis foi a preocupação com a saúde, o que possibilitou às mulheres a descoberta da agroecologia e da produção orgânica. Além disso, a produção sustentável de alimentos auxiliou em uma melhora na condição/qualidade de vida.

No que concerne ao processo de tomada de decisão com relação à produção e à comercialização, percebe-se a intenção de fornecer aos consumidores um alimento saudável. Isso embasa o fato de ter sido encontrada, respectivamente, predominância dos sistemas agroecológicos e orgânicos nos casos estudados. Quanto às formas de tomada de decisão, foi verificado que na maioria dos casos as decisões têm caráter compartilhado.

Sobre a participação econômica das mulheres na composição da renda familiar (a partir da inserção na feira), foi possível verificar que houve um incremento (embora de difícil mensuração, pois não foi possível obter registro desses dados). Todavia foi alegado que este levou a uma melhora na condição de vida das agricultoras, possibilitando acesso a serviços e produtos, como internet e passeios em família. Entretanto, ficou evidente que a renda da feira é secundária em termos de composição de renda familiar, já que as aposentadorias são relevantes na maior parte dos casos. Cabe salientar, quanto à força de trabalho, a predominância da mão de obra familiar, com sobrecarga e acúmulo de tarefas no caso das mulheres.

Quanto aos aspectos socioculturais e suas influências no processo de comercialização, pode-se perceber que a alimentação produzida hoje já fazia parte da infância delas, o que mudou foi que a produção, outrora destinada à subsistência da família, passou a ser comercializada. Então, os resultados obtidos possibilitam visualizar que o conhecimento popular está enraizado nestas mulheres e faz parte das decisões sobre o que, quando e como produzir. Da mesma forma, é a partir dessas decisões que elas possibilitam aos consumidores a aquisição de alimentos frescos e de acordo com estação do ano, o que proporciona, assim, a construção da soberania alimentar, requerida pela diversidade e sazonalidade de alimentos oferecidos às pessoas. Sobre o nível de escolaridade, pode-se observar que é muito diverso, o que dificultou traçar um perfil das agricultoras. Quanto às formas de comunicação, que é por

essência direta (devido à forma de comercialização face a face), chama à atenção a importância do uso do aplicativo WhatsApp (78% dos casos) e o fato de que utilizam os meios digitais para fazer anúncios.

Todo o processo que acontece até chegar à feira, a tomada de decisão, a produção, o que levar, tudo compõe um ciclo, desta forma, nestes casos, não há como separar o binômio produção/comercialização. As interconexões entre produção e comercialização direta, juntamente com as relações construídas entre as produtoras e as clientes, são componentes fundamentais de um processo de aprendizagem recíproco. Aprende-se a produzir e a consumir um cardápio diversificado de alimentos, ou seja, aprende-se a plantar e a comer o colorido no prato.

6 REFERÊNCIAS

AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D. Redes de proximidade: agricultores, instituições e consumidores na construção social dos mercados para os produtos das agroindústrias rurais familiares na região central do RS. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 149-171, jan./abr., 2011.

AGUIAR, R. M. Ritual da lua: o eterno retorno do feminino. Último andar: **caderno de pesquisa em ciências da religião**. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências da Religião, PUC. São Paulo, n. 4, 2001, p. 117 – 137.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

ARAÚJO, A. V. Reconhecido pela Constituição brasileira, o direito socioambiental trata conjuntamente as questões sociais e ambientais, mostrando que estão intimamente misturadas. In: TROSTER, A.; FIGUEIREDO, A.; KAHN, C.; SVIRSKY, E. (Coord.); ENDO, F. M.; AKE, G. T.; NISHIYAMA, M.; PANGONI, M. (Prod.). **Almanaque Brasil socioambiental**. São Paulo, 2008. cap. 3, p. 236-240.

AZEVEDO, E. de **Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

BARBOSA, A. G. Encontros e desencontros da extensão rural brasileira na construção coletiva de conhecimentos e saberes. In: THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. (Orgs.). **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BASTOS, E. R. Prefácio: o trabalho invisível como destino. In: PANZUTTI, N. da P. M. **Mulher rural: eminência oculta**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

BATTHYÁNY, K. Uso del tiempo y trabajo no remunerado: división sexual del trabajo y contratos de género. Un estudio de caso en el medio rural familiar. In: PIÑERO, D.; VITELLI, R.; CARDEILLAC, J. **Relaciones de género en el medio rural uruguayo: inequidades “ a la intempérie”**. Uruguai: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la Republica, 2013.

BELLÉ, A. R.; COSTABEBER, J. A. Análise da transição agroecológica via métodos participativos: o caso de um grupo de famílias do Assentamento Três Pinheiros Sede, Sananduva, RS. In: MICHELOTTI, F.; ZARREF, L. Orgs. **Caderno de agroecologia**. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016.

BOEF, W. S. de. Biodiversidade e Agrobiodiversidade. In: BOEF, W. S. de et al. Edit. **Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

BOJANIC, A. A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro. **Organização das Nações Unidas no Brasil**, Brasil, 07 dez. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-a-importancia-das-mulheres-rurais-no-desenvolvimento-sustentavel-do-futuro/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

BORGES, R. K. **A fábrica das sete mulheres: gênero e diversificação dos meios de vida na agricultura familiar**. 2017, 168 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica do Paraná. Pato Branco, PR, 2017.

BOSCARDIN, M.; SPANEVELLO, R. M. A importância da aposentadoria rural para agricultores familiares sem sucessores no Norte do Rio Grande do Sul: o caso do município de Frederico Westphalen. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 26, n. 2, p. 35-51, 2019. Disponível em: < <http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1944>>. Acesso em 04 dez. 2020.

BRANDÃO, J. B.; SCHNEIDER, S.; ZEN, H. D.; SILVA, G. P. da. Os mercados de hortifrúti em Santa Maria (RS) – um estudo sobre os tipos de produtores e os canais de comercialização. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 2, p. 433-460, mai. /ag. 2020. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14323>>. Acesso em 04 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências**. Brasília, 23 de dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em 20 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. **Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências**. Brasília, 27 de dez. de 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm>. Acesso em 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 46, de 06 de outubro de 2011. **Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção, bem como as listas de substâncias e práticas permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção, na forma desta Instrução Normativa e de seus anexos I a VIII. (Redação dada pela Instrução Normativa 14/2014/MAPA)**. Brasília, 07 de out. de 2011. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-46-de-06-de-outubro-de-2011-producao-vegetal-e-animal-regulada-pela-in-17-2014.pdf/view>>. Acesso em 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da saúde, 2013. Disponível em:< https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf>. Acesso em 21 nov. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2ª Ed., 1ª reimp.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRUNORI, G., ROSSI, A.; MALANDRIN, V. 2011. Co-producing Transition: Innovation Processes in Farms Adhering to Solidarity-based Purchase Groups (GAS) in Tuscany, Italy. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**. v. 18, n. 1, jan. 2011, p. 28-53. Disponível em:<<https://doi.org/10.48416/ijfsaf.v18i1.257>>. Acesso em 25 out. 2019.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**. V. 23, n. 2, dez. 2006, p. 331-353. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/vG3HhnyjrSY7vFZFhSqWL7N/?lang=pt&format=pdf>>.

Acesso em 20 mar. 2020.

BUTTO, A. et al. **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CAMARANO, A. A. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 35-63, 2003. Disponível em: <

<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9944>>. Acesso em 4 dez. 2020.

CAPORAL, F. R. **Extensão Rural e Agroecologia**: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Caporal, F. R. (Coord.), apresentação: Costabeber, J. A. PE: Editora do Coordenador, 2015.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: 2009.

CARNEIRO et al. Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 1 – Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

CARRASCO, C. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, N.; NOBRE, M. (Orgs). **A produção do viver**. São Paulo: SOF, 2003.

CAVALCANTI, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 53-67, fev., 2010. Disponível em: < www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100007>. Acesso em: 15 abr. de 2019.

COCA, E. L. de F. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, Presidente prudente, ano 9, n. 32, p. 14 – 33, nov., 2016. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4789>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

COMUNICAÇÃO MPA. **Soberania alimentar deve ser debatida pelo conjunto da sociedade**. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

CONCEIÇÃO, A. F. da. **Internet pra quê?** A construção de capacidades e as TIC no processo de desenvolvimento rural. 2016, 206 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2016.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2004. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CORREIA, P.; GUINÉ, R. Agricultura Familiar: do direito à alimentação até o consumo. In: COSTA, C. A. da (Coord.). **Pontes entre a Agricultura Familiar e Agricultura Biológica**. 1ª Ed. Lisboa: Âncora Editora. 2020. cap. 2, p. 63-70.

DAL SOGLIO, F. A crise ambiental planetária, a agricultura e o desenvolvimento. In: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009. cap. 1, p. 15 - 34.

DAROLT, M. R. Comparação da Qualidade do Alimento Orgânico com o Convencional In: **STRIGHETA, P.C & MUNIZ, J.N.** Alimentos Orgânicos: Produção, Tecnologia e Certificação. 1 ed. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa - UFV, 2003, p. 289-312. Disponível em: < <https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2013/09/QUALIDADE-ORGANICO-CONVENCIONAL.pdf>>. Acesso em mar. 2020.

DESLAURIERS, JEAN-PIERRE; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. cap. 3, p. 127-153.

DIAS, V. da V.; REVILLION, J. P. P.; TALAMANI, E. Cadeias curtas de alimentos orgânicos: aspectos das relações de proximidade entre consumidores e agricultores no Brasil. In: Orgs. GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. 1 Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 241-257.

DOS SANTOS et al. Aprendizagem cooperativa: contribuição na construção do desenvolvimento sustentável. In: Orgs. MOREIRA, M. R. C.; JÚNIOR, F. E. de B.; CÂNDIDO, J. A. D. **Trabalho, saúde e sustentabilidade** [Livro eletrônico]. Fortaleza: EdUECE, p. 17-36, 2019.

FAO. **Notícias**. Brasil, 2020. Disponível em: < <http://www.fao.org/brasil/noticias/pt/>>. Acesso em 15 dez. 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 4ª ed. Brasília, DF: Liber livro, 2012.

FREITAS, K. P.; SILVA, L. C.; JALIL, L. M.; OLIVEIRA, M. do S. Mulheres e agroecologia no meio urbano. **Cadernos de Agroecologia**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 1 - 7, jul., 2018. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/515/891>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

GALDINO, I. L. C.; SOUZA, F. L. B. de; ALVES, A. F.; FEIDEN, A.; VORPAGEL, J. dos S. Os circuitos curtos de comercialização dos produtos agroecológicos das mulheres da vila

rural Santa Clara. I Seminário internacional de pós-graduação em desenvolvimento rural sustentável e IV Jornada questão agrária e desenvolvimento. **Interdisciplinaridade e desenvolvimento rural sustentável**: [anais]. Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, 2017. Disponível em: < <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/176535/1/Circuitos-Curtos.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2020.

GARCIA, S. M. Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, n. 0, 1992, p. 163-167. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/15810/14302>>. Acesso em: 18 jun. de 2019.

GARCIA, L. A Relação Mulher e Natureza: laços e nós enredados na teia da vida. **Gaia Scientia**, v. 3, n. 1, p. 11-16, 2009. Disponível em: < <https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/3338>>. Acesso em 04 set. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008, 220 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. v. 2, n. 1, jan./mar. 2001. Disponível em: < https://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n1/revista_agroecologia_ano2_num1_parte08_artigo.pdf>. Acesso em 2 abr. 2019.

GUZMÁN, E. S. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Embrapa, 2005, cap. 4, p. 101-132.

HERRERA, K. M. **A jornada interminável**: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. 2019, 227 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2019.

IBGE. **Resultados preliminares Censo Agro 2017**. Disponível em: < https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em 25 mar. 2019.

IBGE. **Estatísticas de gênero** - indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2018. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em 18 jan. 2020.

IBGE. **Educação 2019**: PNAD-contínua. 2020. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>. Acesso em 20 jan. 2021.

KAUFMANN, M. P. As mulheres e a arte de conservar sementes crioulas: as Guardiãs de Ibarama-RS. In: COSTA, C. da. MARIN, J. O. B. Orgs. **Gênero e campesinato no sul do**

Brasil: dominação masculina e transformação. Curitiba [PR]: CRV, 2018. LISBOA, R. da S. et. al. Extensão Rural no Rio Grande do Sul: Evidências de Configuração Institucional Pluralista? In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ V. C. de. Orgs. **Extensão Rural no contexto de pluralismo institucional:** reflexões a partir dos serviços de ATES nos assentamentos de reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

LISITA, F. O. Considerações sobre a extensão rural no Brasil. Embrapa Pantanal. Corumbá, MS, n. 77, p. 1-3, abr. 2005. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAP/56338/1/ADM077.pdf>>. Acesso em 15 set. 2021.

LOVATTO, P. B. As mulheres na construção do conhecimento agroecológico: o princípio feminino como caminho do meio. In: COSTA, C. da. MARIN, J. O. B. Orgs. **Gênero e campesinato no sul do Brasil:** dominação masculina e transformação. Curitiba [PR]: CRV, 2018.

MASS, L.; MALVESTITI, R.; GONTIJO, L. A. Work in organic farming: an overview. **Revista Ciência Rural**, v. 50, n. 4, p. 1-9, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cr/a/3Xbgt3NnPvdxBNXWmCpYwsQ/?lang=en&format=pdf>>. Acesso em 13 jul. 2020.

MAXIMIANO, A. C. A. Processo decisório e resolução de problemas. In: MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 7ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Atlas, 2008, cap. 5, p. 87 - 110.

MEDAETS, J. P. FONSECA, M. F. de A. C. **Produção orgânica:** regulamentação nacional e internacional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F. MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 2015. cap. 1, p. 9-29.

MORAES, A. M. P. Tomada de decisão. In: MORAES, A. M. P. **Introdução à administração**. 3ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. cap. 5, p. 177 – 190.

MORITZ, G. O.; PEREIRA, M. F. **PROCESSO DECISÓRIO**. 2008

MPA – Movimento dos Pequenos Trabalhadores. **Agroecologia**. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/agroecologia/>>. Acesso em 09 dez. 2019.

MUÑOZ, M. G. et al., Evolução do pensamento científico sobre a produção orgânica e o seu impacto social na última década no Brasil. 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais do 55º Congresso da SOBER**. Jul./ag. 2017. Disponível em: <<https://sober.org.br/wp-content/uploads/2020/03/7436.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2020.

MURARO, R. M. A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. Rio de Janeiro: Roda dos Tempos, 1992.

NASCIMENTO, M. M. et al. O trabalho das mulheres na indústria: avanços e desafios. In: LEONE, E. T.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. (Orgs.). **Reflexões coletivas de sindicalistas** – Fortalecimento político das mulheres para garantir e ampliar direitos,

promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, Unicamp, 2017.

NETO, B. S. **Agroecologia e análise econômica de sistemas de produção**: uma abordagem baseada no materialismo histórico e dialético. 1. ed. Cerro Largo: UFFS, 2016. 128 p.

NOTA TÉCNICA, **Previdência rural e reforma**: impactos da PEC 06/2019. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. 2019. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec209previdenciaAposentadoRural.html>>. Acesso em 19 nov. 2020.

NÚCLEO TEMAS. Apresentação. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

OIT. **Um novo normal com igualdade salarial entre homens e mulheres**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_755717/lang--pt/index.htm>. Acesso em 13 set. 2021.

ONU BRASIL. **Agenda 2030**. Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acesso em 20 mar. 2021.

ONU MULHERES. Sem ações para igualdade de gênero, mundo não alcançará objetivos globais. **ONU Mulheres Brasil**, Brasília, 14 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-sem-acoes-pela-igualdade-de-genero-mundo-nao-alcancara-objetivos-globais/>>. Acesso em 25 mar. 2019.

Organização Pan-americana da Saúde - OPAS. **Alimentação Saudável**. 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5964:folha-informativa-alimentacao-saudavel&Itemid=839>. Acesso em 29 out. 2020.

OURILLE, J. M. Prólogo. In: PUENTE, M. C. J. **Los proyectos de cooperación em la construcción de la soberanía alimentaria**. Aportes estratégicos. Madrid, 2007. Disponível em: <<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/es/legalcode.es>>. Acesso em 20 nov. 2020.

PANZUTTI, N. P. M. **Mulher rural**: eminência oculta. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

PAULILO, M. I. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016, 383 p.

PENTEADO, S. R. **Agricultura orgânica**. Piracicaba: ESALQ – Divisão de Biblioteca e Documentação. Ed. especial. 2001, 41p.

PETRONE, T. Prefácio a edição brasileira. In: ARUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para 99%**: um manifesto. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 11-22.

PINHEIRO, G. S. R. Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida. In: BRANDENBURG, A.; et al. (Orgs.). **Ruralidades e questões ambientais**: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA, 2007.

POZZEBOM, L.; RAMBO, A. G.; GAZOLLA, M. As cadeias curtas das feiras coloniais e agroecológicas: autoconsumo e segurança alimentar e nutricional. **Desenvolvimento em Questão**, ano 16, n. 42, p. 405-441, jan./mar. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.42.405-441>>. Acesso em 23 abr. 2019.

PRIMAVESI, A. **Agroecologia**: ecosfera, tecnosfera e agricultura. São Paulo: Nobel, 1997

PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. **Arquidiocese de Santa Maria**: projeto esperança/cooesperança, Brasil, 2017. Disponível em: <<https://www.esperancacooesperanca.org/especial-30-anos>>. Acesso em 20 mar. 2019.

QUARESMA, A. P. Mulheres e quintais agrofloretais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. In: HORA, K.; MACEDO, G.; REZENDE, M. Orgs. **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves. 4ª ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2015. p.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: Orgs. GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. 1 Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 27-51.

RIBEIRO, D. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017, 112 p.

RUIVO, P.; CARVALHO, J. Gestão de mercados de proximidade – o desafio de preparar o caminho local. **Revista da UIIPS** – Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém, v. 5, n. 2, p. 71-77, 2017. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/14501>>. Acesso em out. 2020.

SABOURIN, E. Comercialização dos produtos agrícolas e reciprocidade no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 5-33. 2013. Disponível em:<<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/357>>. Acesso em 28 set. 2020.

SANTOS, J. B. dos; BOHN, L.; ALMEIDA, H. J. F. O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. **Textos de Economia**. Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-27, jan./jul. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-8085.2020.e71525>>. Acesso em 9 set. 2020.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, G. Cadeias curtas e redes agroalimentares. In: Orgs. GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 9-24.

SHIVA, V. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001, 152 p.

SILIPRANDI, E. (2000). Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./mar. 2000. Disponível em: <

http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi.pdf>. Acesso em 04 abr. 2019.

_____. Ecofeminismos: mulher, natureza e outros tipos de opressão. Seminário Internacional Fazendo gênero, **Anais do Simpósio da 7ª edição**, agos. 2006. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/>>. Acesso em 12 mai. 2019.

_____. Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 845-849, fev. 2007. Disponível em: < <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/download/6427/4733> >. Acesso em 25 out. 2018.

_____. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento Iberoamericano**, n. 9, p. 169–183, 2011. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3710909> >. Acesso em 25 mar. 2019.

SILVA, R. C. da. **Extensão rural**. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2014.

SILVA, A. M. da et al. Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades. **RESR - Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187845>>. Acesso em 20 set. 2021.

SILVEIRA, A. C. M. da. TICs e relações afetivo-produtivas na agricultura familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 5, n. 1, p. 20-29, 2019. Disponível em: < <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/96/193>>. Acesso em 12 jul. 2021.

SIMON, H. A. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965, 311 p.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA - SOF. **Mulheres do campo construindo autonomia**: experiências de comercialização. São Paulo: SOF, 2016, 36 p.

SOUZA, E. L. da C.; STADUTO, J. A. R.; KRETER, A. C. de M. N. Previdência rural para mulheres do rural brasileiro: articulando a interseccionalidade e transversalidade. XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, **Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2016. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/2571/2501> >. Acesso em 25 out. 2020.

SPOSITO, E. C.; ABREU, L. S. de. Diversidade da produção familiar e da comercialização de produtos orgânicos de Vitória (ES). **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 3, p. 292-315, set./dez. 2017. Disponível em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/6487>>. Acesso em 08 abril 2019.

SWANSON, B. E.; CLAAR, J. B. História e evolução da extensão rural. In: FAO. **Extensão Rural**: manual de referência. cap 1, p. 1-20, 2ª ed. 1991.

TEIXEIRA, F. J. S. Capitalismo hoje: acumulação sem desenvolvimento? - Prefácio. In: PAIVA, M. J. G. de et al. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e política social**. São Paulo: Blucher, 2017.

THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; ROCHA, E. L. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In: THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

VIERO, V. C.; SILVEIRA, A. C. da. Apropriação de Tecnologias de Informação e Comunicação no Meio Rural Brasileiro. **Cadernos de ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 257-277, jan./abr. 2011. Disponível em: < <https://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/PETBiblioteconomia/apropriacao-de-tic-no-meio-rural-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

ZAIDMAN, C. Educação e Socialização. In: HIRATA et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. Tradução brasileira. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 80-84.

ZANINI; M. C. C.; SANTOS, M. Introdução – Breves observações sobre feiras, mercados e campesinatos. In: ZANINI; M. C. C.; SANTOS, M. (Orgs.) **Feira, feirinhas e feirões: a “economia dos centavos” em foco**. São Leopoldo: Oikos, 2017, Introdução, p. 7-10.

KLOCK FILHO, L. P.; WILDNER, L. do P. Transição da agricultura convencional para a agricultura agroecológica: desafios e oportunidades (Estudo de caso). **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, dez. 2013. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/14275/9637>>. Acesso em 22 jul. 2020.

YANNOULAS, S. C. Apresentação. In: YANNOULAS, S. C. (Coord.) **Trabalhadoras – Análise da feminização da Profissões e Ocupações**. Brasília: Editorial Abaré, 2013. Apresentação, p. 21-29.

WUERGES, E. W.; SIMON, A. A. Feiras livres como uma forma de popularizar a produção e o consumo de hortifrutigranjeiros produzidos com base na agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, p. 567-570, out. 2007. Disponível em: < <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/2608>>. Acesso em 23 abril 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.